

ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 377668

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AVISANDO A RECEBER
DE PLÁSTICO
EM INVÓLUCRO SECURADO
PODE ABIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

5^{out} Dia Mundial dos(as) Professores(as)

Agir pelos(as) Professores(as)!



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



Dia Mundial do(as) Professores(as) 2012
5 de Outubro
www.5oct.org



European Union
Federation of Educational
Professions in Europe



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | n° 261 | Setembro 2012 | 0,50 Euros



**É necessário
combater quem deixa
o país a saque.
É urgente
fazer a ruptura
com este caminho!**



VINCULAÇÃO DE DOCENTES
**Propostas
da FENPROF**
Pág. 7



PROPOSTAS DA FENPROF
**Atividades que deverão
ser consideradas letivas**
Pág. 9

Compensação por caducidade

FENPROF reúne com Presidente do STA

A FENPROF solicitou reuniões ao Presidente do Supremo Tribunal Administrativo (STA) e à Ministra da Justiça para colocar o problema criado pelo MEC ao não pagar a compensação por caducidade, devida aos professores, obrigando-os a recorrer aos tribunais para que façam valer o seu direito.

Ou seja, o MEC utiliza os tribunais como *filtro* para o não pagamento de uma compensação que a lei, com clareza, estabelece, sabendo que muitos professores, assim, acabam por deixar passar os prazos previstos na lei para requererem o pagamento desta indemnização. No fecho desta edição, são já 48 as sentenças que condenam o MEC, para além da Recomendação do Provedor de Justiça e da posição tornada pública pelo Procurador-Geral da República.

Ao solicitar aquelas reuniões, a FENPROF pretende encontrar uma forma de garantir o pagamento de uma compensação sem outro procedimento que não seja o estabelecido na lei, evitando o recurso aos tribunais. É neste contexto que já teve lugar a reunião com o Presidente do STA (24/09/2012). •

➤ **INFO** www.fenprof.pt



Professores dos colégios privados



Fartos de ameaças e de serem alvo de um execrável comportamento por parte de proprietários de diversos colégios privados, com destaque para os do grupo GPS, os professores denunciaram ilegalidades de que são vítimas, alguns deles dando a cara e assumindo a denúncia. É um ato importante de coragem que abre

caminho para um processo mais amplo de revelações sobre situações que chegam a pôr em causa a própria dignidade do professor enquanto cidadão. É tempo de moralizar a utilização de dinheiros públicos por parte de quantos tanto criticam o Estado mas, mais do que ninguém, vivem à sua sombra. •



Ministro da Educação

Responsável pela imposição de medidas que determinaram um violento agravamento do desemprego dos professores, Nuno Crato afirma que tais medidas tiveram um efeito meramente "marginal". Daí que, para justificar o desemprego, tenha feito batota com o número de alunos, mas viu a OCDE pôr em causa o rigor dos seus dados. Por fim, entendeu afirmar que os professores, compreendendo as suas políticas, não o/as contestam ... pelo sim, pelo não, decidiu anular as visitas a escolas que teve previstas para a semana de abertura do ano letivo. •

Em foco

04

Propostas concretas? Para já, só da parte da FENPROF
Reunião no MEC (21/09/12)

05

Reuniões negociais em agenda

06

Concursos de professores continuam a ser notícia

07

Vinculação de docentes
Propostas da FENPROF

08

Marcha contra o Desemprego
De 5 a 13 de outubro

Manuel Nobre

Reflexão

10

1.º Ciclo
Um debate urgente
Manuel Grilo

Atualidade

14

Crise política e novas medidas de austeridade para 2013
Da farsa à tragédia do empobrecimento generalizado

António Nabarrete

15

CGTP-IN
Quatro medidas para evitar mais sacrifícios

Ação sindical

16

Proposta Reivindicativa 2013
Frente Comum

Educação Especial

20

Entrevista a Margarida César
Pequenos passos, alguns retrocessos e muito caminho para andar...

JPO

Iniciativa

23

Coleção de 12 pacotes de açúcar
Dia Mundial dos Professores assinalado com desenhos e pinturas de alunos

Internacional

28

Caracas
Fórum pela Educação Iberoamericana
Abel Macedo

Os portugueses estão a ser vítimas de políticas que os sufocam, de um governo que os rouba e de uma troika que invade Portugal e ingere na sua soberania.



Quatro cantos de um verão quente

ABERTURA DO ANO LETIVO

Abriu mais um ano letivo. O que será feito dele, ainda vamos ver. O que, até aqui, aconteceu foi o mais simples: abriram as portas das escolas. Difícil, agora, será evitar que encerrem antes do tempo

Com mais 150 mega-agrupamentos, uma revisão da estrutura curricular feita ao sabor das finanças, o aumento do número de alunos por turma, a extinção de inúmeros e importantes projetos, uma organização pedagógica das escolas feita à conta de uma insuportável sobrecarga de trabalho imposta aos profissionais, uma ação social escolar incapaz de apoiar famílias empobrecidas pelo governo e com as escolas a viverem tempos de verdadeira penúria financeira, veremos como se aguentarão num ano, cujo primeiro período viverá as dificuldades decorrentes de um corte orçamental de 1.500 milhões de euros, sobre 800 anteriores, e se desenvolverá, em 2013, com novo corte superior a 600 milhões. Chegar ao fim será milagre e Crato está longe de, um dia, poder ser beatificado.

DESEMPREGO

Por muito que o ministro repita, ninguém se convencerá do efeito, apenas "marginal", das suas medidas no violento aumento do desemprego dos professores. Desde o início do ano civil que os dados oficiais, do IEFP, referiam ser o grupo dos professores o que apresentava maior subida da taxa de desemprego. Com a chegada de agosto e setembro os números dispararam e a culpa é toda, mas toda, de um governo que decidiu livrar-se de milhares de docentes e de uma equipa ministerial que se aprontou a efetuar o maior despedimento coletivo jamais realizado em Portugal.

O violento efeito das medidas foi de tal ordem que não se limitou a provocar desemprego, levou também a que surgissem milhares de "horários-zero" entre os professores dos quadros. Este novo grupo de professores resulta de uma deliberada intenção de encher uma bolsa de docentes que, pretende o governo, em prazo que não será longo, despejará nos tortuosos caminhos da mobilidade especial. Acresce referir que estes problemas – desemprego e horários-zero – surgem depois de a brutalidade das medidas tomadas ter conseguido absorver, não substituindo, a aposentação de quase 25.000 docentes nos últimos 6 anos. Consequência imediata desta menoridade de pensamento político, que indicia uma perspectiva nula de futuro para o país, é o empobrecimento da escola em todas as suas dimensões. Este acontece porque, ao contrário do que afirma o ministro, não há professores a mais; começa a haver, com a política que desenvolve, é escola a menos.

TSU

Quando a direita reagiu contra as alterações ao regime de TSU (Taxa Social Única), fê-lo, não por as considerar injustas, mas porque ficava tudo a nu.

Ficava claro, para todo o povo, que em causa estava a transferência direta de dinheiro do trabalho para o capital, ou seja, da carteira vazia dos trabalhadores para os bolsos cheios dos patrões. Percebendo isso, a reação do povo não se faria esperar. E não fez: os portugueses vieram para a rua, a protestar.

O que a direita pretende, não é acabar com essa transferência de dinheiro, mas que seja disfarçada.

Portanto, manter o atual regime de TSU e não voltar atrás em outras medidas, não poderá deixar os trabalhadores portugueses satisfeitos porque se manterão os roubos que os estão a empobrecer: no salário (corte direto e aumento de impostos), dos subsídios, do emprego, nas aposentações, nas prestações sociais, no acesso aos serviços públicos, na sua mobilidade (combustíveis, portagens, transportes), em serviços e bens essenciais à vida.

Além disso, haverá um novo roubo destinado a retirar o que, pela TSU, o governo não conseguiu.

Em suma, não é por voltar atrás nas intenções sobre a TSU que o governo devolverá aos portugueses o que lhes tem vindo a roubar. Isso será possível acontecer, sim, mas na sequência da muita luta que os portugueses terão de dar a estas políticas e a este governo.

EM DEFESA DA DIGNIDADE E DA VIDA

Os portugueses estão a perceber exatamente o que lhes está a ser feito e, por esse motivo, reagem como nunca reagiram. O protesto passou a fazer parte do seu quotidiano e não deve aliviar, sob pena de serem ainda mais esmagados. **Os portugueses estão a ser vítimas de políticas que os sufocam, de um governo que os rouba e de uma troika que invade Portugal e ingere na sua soberania.**

Nunca os portugueses, na sua história, capitularam perante invasores, como nunca perdoaram aos traidores "miguéis de vasconcelos" que se colocaram ao serviço de outros.

Estranho seria que, desta vez, fosse diferente, visto que, embora em pleno século XXI, recorrendo a outros processos e métodos e suportada em fortíssimos meios de propaganda, como sejam os órgãos de comunicação social que controla, **a exploração é a mesma... não se espere que a resposta seja outra.** •

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redação: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 58.000 ex. | Depósito Legal: 3082/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF – Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial – R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 – 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



FENPROF no MEC (21/09/2012): propostas concretas só de um dos lados da mesa...

Reunião com Crato e Secretários de Estado (21/09/12) Propostas concretas? Para já, só da parte da FENPROF

A FENPROF entregou propostas concretas ao MEC sobre vinculação de professores, atividade letiva de docentes com horário-zero e horários de trabalho.

AFENPROF reuniu com o Ministério da Educação e Ciência (MEC), estando presentes o Ministro Nuno Crato e os seus secretários de Estado.

A Federação apresentou propostas concretas sobre:

- Vinculação de professores (que respeitam as normas laborais gerais, incluem os docentes que ficaram desempregados em setembro e respeitam a situação profissional e graduação dos professores);

- Atividades a considerar como letivas (fixação de listagem de atividades que são desenvolvidas por docentes, designadamente com horário-zero, e deverão ser consideradas letivas, nos termos do disposto no ECD);

- Horários de trabalho e itinerância de docentes no âmbito dos agrupamentos (eliminação de excessos e abusos cometidos, quer com atribuição de número excessivo de

turmas e níveis aos docentes, quer pela sua deslocação entre escolas de um agrupamento sem garantia de transporte, pagamento de deslocações ou contabilização do tempo das deslocações como horário de trabalho).

A FENPROF entregou ainda um ofício em que solicita diversa informação estatística relacionada com a situação profissional e concursos dos docentes.

Nesta reunião, que teve lugar um dia depois de se confirmar o agravamento dos níveis de desemprego dos docentes (saída da BR2, com redução de 58% de docentes relativamente a 2011), a FENPROF reafirmou a responsabilidade do MEC neste problema, pelo facto de ter tomado medidas deliberadamente orientadas neste sentido.

Ainda que os responsáveis do Ministério considerem que as medidas impostas tiveram um efeito "marginal", tendo sido satisfeitas as necessidades apresentadas pelas escolas, a verdade é que tais necessidades foram condicionadas por normas decididas pela tutela... e essas foram, entre outras, medidas como os mega-agrupamentos, a revisão da

estrutura curricular, o aumento do número de alunos por turma ou as novas regras de organização do ano letivo.

Compensação por caducidade

Assunto colocado pela FENPROF foi, ainda, a exigência de pagamento pelo MEC da compensação por caducidade dos contratos dos professores, não sendo admissível que a mesma continue a ser negada depois terem sido proferidas 48 sentenças judiciais condenando o MEC, para além das posições dos Senhores Provedor de Justiça e Procurador-Geral da República também desfavoráveis ao Ministério da Educação e Ciência.

A FENPROF exigiu ainda que o MEC informasse as instituições de ensino superior da ilegalidade em que incorrem por, igualmente, não quererem pagar esta compensação aos docentes que terminam os seus contratos. Sobre esta questão, o MEC não avançou qualquer novidade, sendo de esperar que, nos próximos meses, centenas de acórdãos venham a ser divulgados pelos tribunais, obrigando a tutela a pagar o que deve aos professores. Segunda-feira, a este propósito, a FENPROF reúne com o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo.

Relativamente às "ofertas de escola", a FENPROF denunciou situações absolutamente reprováveis e condenáveis, com a agravante de corresponderem a concursos públicos para acesso a emprego público. Algumas das situações, contudo, decorrem do próprio regime de concurso, que a FENPROF não subscreveu e relativamente ao qual mantém profundas discordâncias, exigindo a sua alteração.

MEC sem propostas concretas

Apesar da marcação de diversas reuniões, o MEC não avançou, para já (esta reunião,

recorde-se, teve lugar no passado dia 21 de setembro), com qualquer proposta concreta relativa aos assuntos que estiveram em discussão.

Como sublinha a direção da FENPROF, "naturalmente que essas propostas serão tanto mais positivas quanto maior for a participação dos professores nas ações e nas lutas que estão previstas", sendo que algumas, no momento em que fecha esta edição, já terão ocorrido:

- Manifestação Nacional com a convocatória de "Todos a Lisboa!", em 29 de setembro;
- Ações marcadas para 5 de outubro, Dia Mundial dos Professores;
- Marcha contra o Desemprego, de 5 a 13 de outubro.

Compreendendo a importância de lutarem pelos seus direitos e de defenderem uma Escola Pública que, como nunca, corre sérios riscos, os Professores e Educadores Portugueses estão na luta! •

➤ INFO www.fenprof.pt

Reuniões negociais em agenda

Tendo em consideração os assuntos colocados pela FENPROF e outros suscitados pelo MEC, prevê-se, para breve, a realização de reuniões negociais sobre:

- Vinculação de professores contratados;
- Fixação de listagem de atividades letivas;
- Horários de trabalho e deslocação de docentes entre estabelecimentos de um agrupamento;
- Prova de acesso à profissão (assunto apresentado pelo MEC. Como é do conhecimento geral, a FENPROF rejeita esta prova destinada a afastar docentes da profissão).

Para além destas reuniões de caráter negocial, realizar-se-ão ainda outras, a curto prazo, sobre:

- Ensino Particular e Cooperativo,

sendo intenção da FENPROF propor o corte de qualquer financiamento público aos colégios que desrespeitem as regras gerais de organização de horários, organização pedagógica e distribuição de serviço;

- Educação Especial, para apresentação de propostas com vista à sua reorganização;
- Calendário de exames dos alunos.

Por fim, a FENPROF solicitará uma reunião à DGAE para abordagem e resolução dos graves problemas que persistem nos **concursos** realizados através de "oferta de escola" e também para conhecer a forma como estão a ser solucionados os erros cometidos no concurso para contratação inicial, cujos resultados foram divulgados em 31 de agosto. •

Regalias
PARA OS SÓCIOS DOS SINDICATOS DA FENPROF

www.fenprof.pt

FENPROF
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Concursos de professores continuam a ser notícia

A colocação de profissionais, nomeadamente dos professores e educadores, nos organismos públicos deve ser, por norma, precedida de concurso público.

ANABELA DELGADO
(membro do SN da FENPROF)



Os concursos públicos devem respeitar a lei e devem pautar-se pela clareza da informação quer na fase de lançamento quer na fase de conclusão. Estas parecem ser duas afirmações óbvias que, em princípio, nem fariam sentido serem invocadas quando se trata do recrutamento de docentes nas escolas públicas já que ele sempre foi feito através de concursos públicos. Apesar disso, todos os anos os concursos e as colocações dos docentes são alvo de notícia nos vários órgãos de comunicação social, durante semanas, quer pelo número de candidatos que envolve, quer pelo elevado número de docentes que ficam sem colocação ou com colocação muito precária (horários reduzidos, temporários), pela sistemática mudança das regras e quer por má aplicação ou subversão das mesmas sobretudo quando se trata de concursos a nível de oferta de escola!

Quanto ao mecanismo dos concursos e a aplicação de regras: fica cada vez mais claro, também para todos os docentes que algumas vezes duvidaram da justiça do princípio defendido pela FENPROF para a colocação dos docentes, que o critério mais justo e claro é o concurso nacional com o respeito rigoroso da graduação profissional! Tudo o que tem sido a experiência de concursos locais (escola), tem tido maus resultados

pois, como se está a verificar no presente ano, a Administração não consegue dar resposta às arbitrariedades que em muitos concursos de escola têm sido cometidas.

Foram colocados todos os docentes necessários?!

Quanto ao desemprego: até à data, fruto das várias medidas tomadas por este governo (aumento do horário de trabalho, aumento do número de alunos por turma, alterações dos currículos, restrições às ofertas das escolas), os números de docentes no desemprego são assustadores, havendo já a informação pública que o aumento do número de inscritos nos centros de emprego aumentou subitamente nos últimos dias com o afluxo dos docentes que ficaram sem colocação!

Os dados comparativos da colocação de docentes contratados entre 2012 e 2011, registam as seguintes reduções:

- Colocações em 31 de Agosto : redução de 5.171 colocações para contratação redução de 40,5%;
- Colocações na BR 1: redução de 736 colocações para contratação redução de 50%;
- Colocações na BR 2: redução de 1.768 colocações para contratação redução de 58,2%

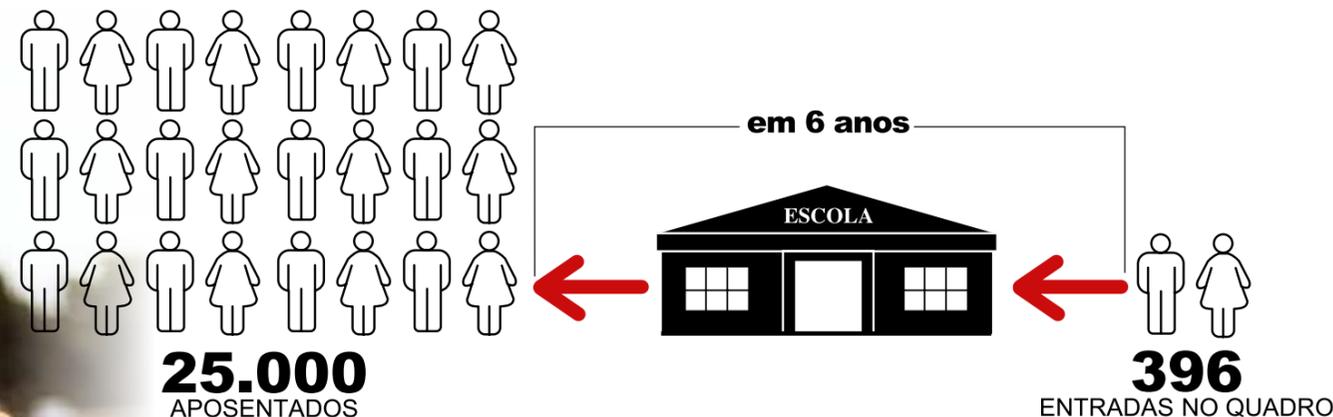
Isto é, tendo em conta os 3 momentos de colocação de docentes para contratação, em 2012 (sem contar com as designadas

“ofertas de escolas”), a redução global já atinge os 7.675 docentes!

Esta situação é tanto mais grave quando, fruto das medidas anteriormente referidas, foram muitos os docentes de carreira que ficaram subitamente sem horário nas suas escolas, vendo-se subitamente na obrigação de se candidatar ao concurso nacional para encontrar nova colocação, colocação que, em muitos casos tarda! As direções das escolas, por sua vez, apesar de terem sido obrigadas a constituir turmas com um elevado número de alunos estão impedidas de as desdobrar e de as atribuir aos professores que aguardam a tal nova colocação!

Neste quadro impõe-se responder à questão: As condições de aprendizagem dos alunos melhoraram?! As escolas estão a dar as respostas adequadas a uma sociedade em crise profunda ou, antes, estão também elas a contribuir para o agravamento da crise?! O ministro da Educação vai conseguir apresentar os resultados que tem prometido no final do ano escolar?!

Infelizmente, tudo indica que também na escola, como no país, os sacrifícios impostos a alunos, professores e funcionários em nome da crise não dará resultados positivos antes, agravará as insuficiências e as debilidades que com esforço e, quantas vezes com voluntarismo, as escolas procuravam resolver! •



Segundo esta organização, registe-se, o número de alunos nas escolas continuará a aumentar nos próximos anos. Outros indicadores, aliás, confirmam-no. Muitas escolas e/ou agrupamentos, apesar de ter aumentado o número de alunos e mesmo de turmas, viram reduzido em dezenas o número de docentes o que significa que não foi de uma alegada redução do número de alunos nas escolas que resultou a dispensa de milhares de professores.

É, pois, mais que tempo e mais que necessário estabilizar o corpo docentes das escolas, melhorar as suas condições de trabalho, o que passa, entre outras medidas, por reduzir o número de alunos por turma, repensar o processo de revisão da estrutura curricular que o MEC concretizou sem o consenso da comunidade educativa e dar dimensão humana às designadas unidades orgânicas (escolas ou agrupamentos de escolas).

Tomadas essas medidas, indispensáveis no plano pedagógico para evitar quebras na qualidade do ensino, serão, por certo, necessários todos os docentes que estão hoje colocados, bem como os que, deliberadamente, já foram retirados às escolas para este ano escolar.

É, ainda, de assinalar, que devido ao regime de concursos que vigora e de que a FENPROF discorda, como neste particular volta a justificar-se, muitas destas dispensas foram altamente injustas, pois deixaram de fora docentes com elevada graduação profissional em detrimento de outros que, por força da renovação de contrato, conseguiram manter-se colocados.

Assim, a proposta apresentada pela FENPROF é a seguinte:

- Vinculação extraordinária, com efeitos a 1 de setembro de 2012, de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço que exerceram atividade docente em 2011/2012.
- Todos os candidatos que reúnam o requisito de tempo de serviço estabelecido

serão opositores a um concurso externo extraordinário que servirá para garantir uma colocação em respeito pela sua graduação profissional.

- Este concurso externo extraordinário decorrerá depois de ter sido efetuada a mobilidade de docentes dos quadros.

- Para este efeito, serão preenchidos lugares de escola ou agrupamento, bem como, eventualmente, de áreas geográficas a estabelecer em sede negocial.

- Independentemente do regime que vier a ser fixado, os requisitos que forem estabelecidos deverão abranger os docentes que em 31 de agosto de 2012 reunissem as condições exigidas.

- Após este momento extraordinário de vinculação, os requisitos fixados deverão passar a aplicar-se, dinamicamente.

- Os docentes com habilitação própria que, eventualmente, venham a ser abrangidos, deverão aceder à profissionalização em serviço no prazo máximo de dois anos, cabendo ao MEC criar as condições para que tal aconteça. Até ao momento de obtenção da profissionalização, o vínculo adquirido será provisório.

Quadro de legalidade

As soluções técnicas para uma justa mas inqualificavelmente adiada vinculação de professores e educadores contratados poderão e deverão ser discutidas e encontradas. Mas os termos em que a FENPROF faz a presente proposta correspondem ao estabelecimento de um quadro de legalidade no exercício da profissão docente, ao respeito por preceitos constitucionais, bem como ao enquadramento da situação dos docentes portugueses em normas e diretivas internacionais.

Não menos importante, correspondem às necessidades das escolas, aos interesses dos alunos e da população em geral e a uma justiça que tarda em relação a muitos profissionais docentes. •

CGTP-IN promove Marcha Contra o Desemprego

MANUEL NOBRE (membro do CN da FENPROF)

Iniciativa de âmbito nacional terá o seu início no dia 5 de Outubro, simultaneamente em Braga e Faro, dirigindo-se para Lisboa, onde chegará no dia 13.

Com esta acção a CGTP pretende envolver os desempregados, os jovens à procura do primeiro emprego, os trabalhadores que perderam os postos de trabalho, que assistiram ao encerramento das empresas e que continuam há anos a aguardar o pagamento dos créditos que lhes são devidos (compensações por caducidade e demais indemnizações), os que se encontram com salários em atraso e sujeitos ao lay-off, os das empresas em perigo de encerramento, etc.

O desemprego inibe a criação de riqueza e fomenta a pobreza

O memorando da *troika* e a política do Governo do PSD-CDS estão a trucidar o emprego, a banalizar os despedimentos e a precariedade, a fomentar o desemprego, a reduzir os salários, a minguar a protecção social e os serviços públicos, a aumentar as desigualdades e a generalizar a pobreza.

Em 2012 serão destruídos mais de 200 mil postos de trabalho, situação que deverá, no mínimo, continuar em 2013, caso não se invertam as políticas em curso. A taxa de desemprego deverá atingir este ano os 15,5% e os 15,9% em 2013. De acordo com as previsões do FMI, em 2017, a taxa de desemprego (de 13,7%) não terá ainda descido sequer para o nível de 2009 (9,5%). Estamos perante um aumento brutal do desemprego estrutural para os próximos anos com a agravante de se acentuar a exclusão social, face ao aumento do número de desempregados sem qualquer protecção social.

A taxa real de desemprego (considerando os inactivos e os que estão em subemprego) ultrapassa os 20% abrangendo mais de 1,2 milhões de trabalhadores desempregados. O desemprego de longa duração está a aumentar, assim como 45% dos desempregados são menores de 35 anos. A situação dos jovens torna-se dramática, nomeadamente entre os que têm menos de 25 anos, cuja taxa de desemprego em Maio era de 36,4%. Face a uma situação de tal gravidade não admira que muitos destes trabalhadores estejam a emigrar em massa, grande parte com elevadas formações académicas. A CGTP diz que só no 1º trimestre deste ano terão saído do país cerca de 40 mil jovens. Este



fluxo migratório, verdadeiro êxodo, parece não incomodar o governo PSD/CDS, mas é uma sangria para a ciência e tecnologia e saber-fazer nacionais, de que dificilmente o país vai recuperar no futuro.

É preciso dinamizar o sector produtivo e o mercado interno

A destruição de postos de trabalho e o aumento do desemprego devem-se ao declínio da economia, das opções políticas que devastaram a produção nacional, da alienação

das unidades mais lucrativas do estado, ao roubo nos salários e reformas, à retirada e diminuição das prestações sociais, ao aumento dos impostos e ao aumento brutal dos preços dos serviços e bens essenciais, levando à redução do consumo privado, e que tem como causas a diminuição dos salários (com destaque para a Administração Pública), situação que se continua a aprofundar com as políticas deste governo e da *Troika*.

Mudar de política para criar mais e melhor emprego

A criação de emprego depende fundamentalmente do crescimento económico, sendo necessário em primeiro lugar dar resposta a este problema. Não basta anunciar programas pontuais e avulsos dirigidos à criação de emprego. São fundamentais políticas macroeconómicas que fomentem o crescimento e o desenvolvimento económico, assegurem o aumento do PIB, o fomento do emprego e o combate à precariedade, bem como o apoio às pequenas e médias empresas.

Daqui decorre a exigência da renegociação da dívida (prazos, juros e montantes) para assegurar o crescimento económico como condição para a diminuição do défice público. O prazo para a redução do défice público deve ser alargado, para que se implemente outra política de crescimento e coesão social de forma a garantir a consolidação orçamental.

Para a CGTP-IN é ainda necessário assegurar que não se alienem instrumentos de política económica, aumentando e reforçando o Sector Empresarial do Estado. E no quadro do respeito pela Constituição da República Portuguesa é fundamental a revogação das normas do Código de Trabalho que fragilizam a contratação colectiva, provocam o aumento da precariedade e potenciam o desemprego, nomeadamente os novos regimes de bancos de horas, a redução do pagamento do trabalho suplementar, as novas formas de despedimento, e em geral todas as normas que aumentam o tempo de trabalho.

O desemprego é um flagelo que afecta uma grande parte das famílias. Mais do que constatar é preciso agir. Identificando os problemas, apresentado soluções, mobilizando os desempregados.

Há razões de sobra para os professores e educadores participarem na marcha convocada pela cgtp-in, estejam desempregados ou empregados. a participação é uma forma de protesto e é uma manifestação pública de que também os docentes dizem não a esta política. •



PROPOSTAS DA FENPROF

Listagem de atividades que deverão ser consideradas letivas

O Estatuto da Carreira Docente não concretiza as atividades que são consideradas letivas.

A formulação, a esse propósito, é genérica, pelo que a FENPROF propõe ao MEC a elaboração de uma listagem de atividades letivas. Nesse sentido, propõe as seguintes:

- Atividade desenvolvida com a turma, genericamente designada por "aula";
- Toda a atividade de apoio, entendida enquanto espaço destinado à despistagem e ultrapassagem de problemas relacionados com a aprendizagem e com o combate ao insucesso e ao abandono escolar, desenvolvida com alunos, individualmente ou em grupo. Aqui se incluem as atividades de apoio ao estudo, apoio pedagógico acrescido, salas de estudo, reforço curricular, programas de tutoria, entre outras. Isto é, aqui se incluem as atividades descritas nos pontos 1 a 6 da página 1, ponto 9 da página 2 e pontos 3 a 8 das páginas 2 e 3 das orientações para a distribuição de serviço letivo emanadas pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datadas de 17 de julho de 2012;

- Coadjuvação de docente em sala de aula do mesmo ou outro nível de ensino, incluindo-se, neste caso o ponto 5 da página 1 das referidas orientações;

- Atividades educativas desenvolvidas com alunos com vista à substituição de docente em falta, independentemente da sua natureza;

- Atividades de enriquecimento e de complemento curricular. Aqui se incluem clubes, projetos, programas específicos, bem como o programa AEC referido no ponto 11 da página 2 das orientações acima referidas;

- Todas as atividades de desporto escolar desenvolvidas com alunos, independentemente do nível ou grau de ensino a que pertençam. Estão, neste caso, consideradas as atividades do ponto 10 das orientações emanadas pelo Senhor SEEAE;

- Atividades destinadas à orientação escolar dos alunos no final do ensino básico (ponto 2 da página 2 das orientações);

- Atividades a desenvolver no âmbito do PTE (Ponto 4, da página 1 das orientações para a distribuição de serviço letivo);

Obviamente que as atividades referidas nos pontos 1 a 3, 7 e 8 das orientações que têm vindo a ser referidas são também atividade letiva, mas, em relação a essas, já não restava qualquer dúvida, apesar do caráter generalista dos artigos 77.º e 78.º do ECD. •

Propostas para eliminar excessos e abusos nos horários de trabalho dos docentes

O despacho normativo n.º 13-A/2012, de 5 de junho, e as novas matrizes curriculares provocaram um aumento efetivo da carga letiva dos docentes, para além da burocracia acrescida para as escolas que desses normativos legais resulta, em virtude de terem de contabilizar ao minuto o horário dos docentes.

À esmagadora maioria dos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e aos do ensino secundário foi atribuída mais uma turma, o que contribui para o aumento da sobrecarga horária e de trabalho desses docentes, tornando-se, em muitos casos, insuportável, para além de constituir fator relevante na eliminação de horários de trabalho nas escolas.

Ao que antes se referiu, acrescentam problemas como o excessivo número de turmas atribuído a alguns docentes e os abusos praticados em alguns agrupamentos com a deslocação dos professores entre escolas. Com o objetivo de solucionar estes problemas, a FENPROF apresenta as seguintes propostas:

- Tendo em consideração o disposto no número 1 do artigo 78.º do ECD, que refere a necessidade de equilíbrio global na atribuição de turmas aos professores, com vista a garantir um elevado nível de qualidade ao ensino, na distribuição de serviço aos docentes não deverão ser ultrapassados os 3 níveis e/ou 5 turmas. As situações que, este ano, desrespeitem estes critérios deverão ser corrigidas;

- Tendo em consideração que, em diversos agrupamentos, muitos docentes são obrigados a desenvolver a sua atividade em diferentes estabelecimentos, deverão ser respeitadas as seguintes normas:

- O tempo de deslocação entre estabelecimentos é contabilizado como horário de trabalho;

- São garantidas as necessárias condições de deslocação entre estabelecimentos, designadamente: i) garantia de transporte; ii) em casos excecionais de utilização de transporte próprio, pagamento de ajudas de custo. •

1º Ciclo Um debate urgente

Hoje sente-se nas escolas do 1º ciclo, e em particular entre os professores mais velhos, uma certa nostalgia pelo tempo das delegações escolares e de uma suposta autonomia de funcionamento. Uma espécie de regresso ao passado...

MANUEL GRILO
(membro do SN da FENPROF)

Perante as dificuldades compreende-se este tipo de reação. Mas importa lembrar que a tal “autonomia de funcionamento” era um mito. Muitas escolas corriam o risco de funcionar contornando os limites legais. A autonomia era quase zero em áreas cruciais para as escolas. E as delegações escolares mesmo quando adotavam uma prática de controlo “benevolente” não deixaram nunca de ser uma instância de controlo de proximidade que impedia, na prática, a adoção de uma postura mais exigente e reivindicativa por parte dos professores e das escolas.

A inserção das escolas do 1º ciclo na lógica dos agrupamentos tem sido um processo no mínimo complexo. De apêndices da escola básica 2,3 à plena integração, os caminhos que este processo percorreu foram sempre carregados de dificuldades. Desde logo pelo choque de “culturas de escola”. E nem podia ser de outra forma, numa primeira fase. As escolas do primeiro ciclo tinham (e têm) uma proximidade às famílias e aos alunos que é difícil de compaginar com a cultura das escolas 2,3 (e, por maioria de razão, das secundárias). O regime de docência, com um único professor por turma, contrasta com o regime de disciplinas das escolas do 2º ciclo. Mesmo se a Lei de Bases do Sistema Educativo propunha o agrupamento de várias disciplinas no 2º ciclo tal nunca foi levado à prática de forma continuada e consistente. A continuidade pedagógica e o diálogo entre os professores dos dois ciclos não foram ainda assumidos como imperativo para a construção de uma escola de sucesso.

Ainda este processo ia no adro foram introduzidas as Atividades de Enriquecimento Curricular e a obrigatoriedade da sua oferta até às 17h 30. Com a concessão a empresas privadas da organização e gestão destas atividades – opção maioritária das câmaras municipais – as pressões para colocar as atividades no meio do horário escolar vieram introduzir ainda mais alterações ao modo de funcionamento das escolas e das turmas.

De regime monodocente passámos para uma lógica hoje muito próxima da disciplinariza-



“

Não nos iludamos, a discussão em torno do regime de docência do 1º Ciclo está em cima da mesa e temos de ser claros e propositivos em relação a esta matéria.

ção do currículo sem que com esta alteração se vislumbre qualquer vantagem. É que tal não resultou de nenhuma opção mas antes de uma imposição de empresas que assim rentabilizavam os seus recursos humanos. A lógica da empresa sobrepôs-se à lógica educativa. Não em todas, evidentemente. Muitas escolas resistiram e conseguem ainda

hoje remeter as Atividades de Enriquecimento Curricular para o período pós-curricular. E assim deve ser!

A recente introdução de coadjuvações no modo de funcionamento das escolas do 1º ciclo, decorrente da possibilidade de retirar colegas da situação de “horário zero”, constitui-se como mais uma novidade que importa acompanhar de muito perto. A Lei de Bases prevê esta situação, mas ela não resulta, igualmente, de uma opção pedagógica.

Regime de docência e equipas educativas

Não nos iludamos, a discussão em torno do regime de docência do 1º Ciclo está em cima da mesa e temos de ser claros e propositivos em relação a esta matéria. Muito se escreveu, muitas propostas foram apresentadas e assumidas pela FENPROF (e bem) nos textos dos congressos e nas longínquas (no tempo) Conferências do 1º Ciclo do Ensino Básico mas importa hoje atualizar as propostas e, sobretudo, construir um consenso em torno delas e adotar estratégias para a sua aplicação. As equipas educativas no 1º ciclo com uma alteração substancial no modo de docência, proposta reiteradamente apresentada pela FENPROF, não são aquilo a que hoje estamos a assistir, que ninguém se confunda.

O que hoje se verifica é um somatório de alterações ditadas pelas conveniências de empresas e, agora, pela necessidade de preservar o emprego sobretudo de colegas do 2º ciclo.

Em tempos difíceis há que assumir opções arriscadas. Julgo pois necessário encontrar os espaços e os tempos para um debate urgente mas que deve primar pelo rigor e pela procura de consensos alargados sob pena de andarmos a reboque dos acontecimentos. Não proponho nenhuma forma em concreto mas sei que sem este debate e sem este consenso entre os professores caminhamos a passos largos para uma situação muito problemática no 1º ciclo. Não podemos permitir que tal aconteça. É necessário convocar os professores para este debate e é necessário fazê-lo com urgência. •

NAS ESCOLAS

Não há professores a mais!

Tendo como objetivo analisar as condições de abertura e desenvolvimento do ano escolar 2012/2013 – mais alunos, menos professores e turmas gigantescas... – e refletir sobre a situação social, política e económica do país e o seu impacto na Educação, tanto nas condições de organização e funcionamento das escolas, como no emprego e estabilidade dos docentes e na capacidade das famílias para que os seus filhos, com sucesso, frequentem a escola, a reunião do SN da FENPROF de 6 e 7 de setembro passado tomou decisões sobre “a ação e a luta dos professores em defesa da Escola Pública e dos seus direitos sociais e profissionais”, que estão, cada vez mais, a ser postos em causa.

Caracterizando a situação atual, Mário Nogueira, em conferência de imprensa, alertou para a política de asfixia financeira que se abate sobre as escolas e para os números do desemprego a nível nacional (já são mais de 1.300.000 os portugueses sem trabalho) e entre os docentes, referindo os vários setores, do pré-escolar ao profissional e superior, do público ao particular e cooperativo, destacando, neste último caso, os despedimentos coletivos que têm sido provocados pelas entidades patronais.

Crato não conhece o balneário...

O dirigente sindical realçou os temas do desemprego docente e da instabilidade que marca a situação profissional dos docentes com “horário zero”, comentando assim algumas das declarações recentes do responsável do MEC: “Usando uma expressão dos meios desportivos, é caso para dizer que o Ministro Nuno Crato não conhece o balneário, ou seja, não conhece a sala de professores...”

“O ministro da Educação deveria ir a uma escola e tentar perceber qual é o estado de espírito dos professores, num momento em que nem sequer ainda começaram as aulas. Deveria perguntar aos professores o que pensam desta reforma curricular, o que pensam dos mega agrupamentos...”, disse.

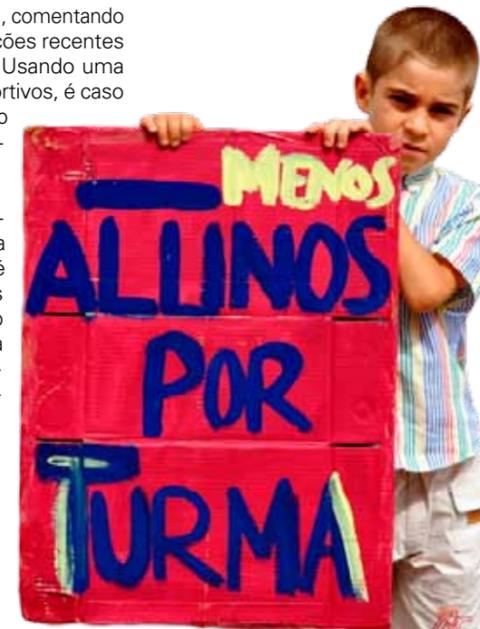
“Ainda as aulas não começaram e já é visível o desgaste provocado aos professores”, registou Mário Nogueira, que afirmaria noutra passagem “Projetos nas escolas, para ajudar a combater o insucesso, são miragem... Só se houver “horários zero”. O resto é tudo cortado...”

Números do desemprego: da fantasia à realidade...

“Onde é que estão os números fantasiosos do desemprego docente, de que falava o Ministro Crato? O MEC deixou de fora mais 40 por cento de professores. Isto é uma fantasia ou, infelizmente, um número bem real?”, interrogou.

Ainda a propósito de números, e da redução de alunos no sistema (14 por cento a menos nos últimos anos, segundo o Ministro), Nogueira sublinhou que “não é isso que dizem os números do GEP/MEC, mas mesmo que assim fosse como é que se justifica, em dois anos, um corte de 56 por cento de professores contratados, num cenário marcado também pela aposentação de cerca de 25.000 docentes desde 2006, com a entrada de apenas 396 docentes para os quadros...”

“Não há professores a mais. Foram, isso sim, tomadas medidas a mais para provocar esta situação de desemprego e instabilidade entre os professores”, acrescentou. •



EDUCAÇÃO

MEC tem de abrir jogo e dar a conhecer a realidade

A FENPROF solicitou ao MEC diversos dados que são fundamentais para que a intervenção dos professores possa ser sustentada pelo conhecimento da realidade. Espera-se verdade nos números apresentados, pois a FENPROF fiscalizará o discurso e a acção do governo. Os dados estatísticos são indicadores importantes para a compreensão da evolução do sistema educativo. São, também, um importante instrumento de referência para a apresentação de propostas, já para não referir o facto de, numa sociedade democrática, como a nossa, se exigir a maior transparência possível por parte das administrações públicas, logo, também da educativa.

A FENPROF solicitou ao Ministério os seguintes dados:

• Número de docentes dos quadros/ de carreira

Número de docentes na carreira, distribuído por índice remuneratório, em 1 de setembro de 2012.

• “Horários-zero”:

Número de docentes a quem, nas escolas ou agrupamentos, não foi atribuído um mínimo de 6 horas de componente letiva. Número de docentes que, tendo concorrido a DACL, continua a aguardar colocação (referência a 30 de setembro de 2012).

• Colocação de docentes contratados

Docentes colocados para contratação a partir de 1 de setembro, este ano, por grupo de recrutamento (docentes da reserva de recrutamento).

• “Ofertas de escola”

Número de contratações que resultam de oferta de escola, incluindo TEIP, escolas com contrato de autonomia ou outra situação, até 30 de setembro de 2012. Solicitamos o mesmo dado mas referente a 30 de setembro de 2011.

• Vagas por preencher após a colocação de docentes através da primeira bolsa de recrutamento

Segundo o MEC, cerca de 690 lugares ficaram por preencher após a designada “BR1”.

Com vista a compreender a natureza desses lugares, solicitamos informação sobre: i) distribuição desses lugares por grupo disciplinar; ii) número de horários temporários; iii) número de horas dos horários a preencher, após serem retirados os que correspondem a grupos para os quais já se havia esgotado a reserva de recrutamento ou, sendo de outros grupos, a horários temporários. •

Quem dá o que não é seu... é ladrão

O que Passos Coelho fez pode resumir-se em poucas palavras: vendeu parte dos salários dos trabalhadores aos “estrangeiros que nos oprimem”, vulgo “troika”. Mais do que transferir dinheiro dos trabalhadores para o patronato (o que é absolutamente verdade e condenável) o governo de Passos Coelho decidiu, por sua alta recreação, (a acreditar no que tem sido publicado pela imprensa) garantir um resultado positivo da avaliação da “troika” e a receção da próxima tranche com as alterações da TSU: aumentar em 7% a contribuição paga por quem trabalha, diminuir em 5,75% a dos empregadores. Não se trata propriamente de vender os trabalhadores como num cenário escravagista. Mas na medida em que oferece a outrem algo que não é seu – o salário de quem trabalha – é um inequívoco roubo.

Os ocupantes estrangeiros do nosso país, obviamente, não hesitam. Ao mesmo tempo que garantem que a iniciativa de tal proposta partiu do próprio governo e não deles, que se limitaram (!) a aceitá-la, brandem agora a ameaça (ou chantagem?) de que o acordo é para cumprir e portanto o roubo tem que ser consumado. Caso contrário, não há mais tranche para o país. Chantagem ou mera retórica de pressão, o simples facto de tal enunciado é humilhante para Portugal. Torna claro que a troika aceitou que o governo vendesse os trabalhadores sem sequer os consultar.

Passos Coelho insiste em armar-se em forte. Uma força aparentemente justiceira que seria garantia de que todos contribuiriam para pagar a crise, de acordo com as suas possibilidades financeiras. Puro e perigoso logro: relativamente aos trabalhadores – a parte mais fraca – não se coíbe Passos Coelho de rasgar os contratos estabelecidos – afinal de contas não são

os salários e subsídios um contrato estabelecidos entre duas partes? – e de os alterar unilateralmente. Porém, com as parcerias público-privadas há que “renegociar”, há que ver se os senhores estão de acordo, há que atender aos seus direitos... há que se vergar perante “a sua importância”. E o mesmo sobre os interesses dos poderosos.

As enormes manifestações de 15 de Setembro, na sua completa e babilónica dispersão ideológica, partidária e da contradição de interesses expressos, foram claramente o grito de um povo que não aceita ser vendido nem humilhado. Foi um grito importante. Mas todos os gritos são insuficientes se não alimentarem uma revolta que nos devolva a dignidade de um país soberano e respeite quem trabalha.

“**Respira-se um ar de revolta, parecem quebrar-se as amarras do conformismo. Terá o povo de esquerda capacidade (e vontade) de “dar a volta por cima”?**”

Neste triste país há patrões – maus patrões, registe-se – que não esperaram muito para amesquinhar trabalhadores aproveitando as alterações que a direita, incluindo a UGT, impôs no Código de Trabalho. Os patrões de um grupo privado de estabelecimentos de ensino, boa parte deles funcionando com apoio do Estado com base em contratos de associação – o célebre grupo GPS – quer impor aos docentes que estes aceitem trabalhar horas que não lhes são pagas, ameaçando-os com despedimento ou redução de horário, tripudiando descaradamente sobre o contrato coletivo já assinado. Um lamentável regresso a tempos de má memória. O que torna esta situação ainda mais preocupante (e significativa) é que a este grupo GPS se encontram intimamente ligados – nas mais diversas funções – políticos que já exerceram funções no governo e já foram deputados... dos chamados “partidos do arco do poder”

Respira-se um ar de revolta, parecem quebrar-se as amarras do conformismo. Terá o povo de esquerda capacidade (e vontade) de “dar a volta por cima”? ●



ANTÓNIO AVELÃS (Membro do SN da FENPROF)

1 E pronto, cá estamos em mais um ano escolar – sem grandes novidades face ao que se previa, antes com a permanência e o agravamento de velhos problemas: mega-mega-agrupamentos, mega-turmas, mega-trapalhada curricular, mega-empobrecimento salarial, mega-horários-zero, mega-precariade, mega-desemprego... É o ano-mega do ministro melga – embora conste que já o cognomearam de Ziguezague. E ainda faltam os cortes orçamentais... Certamente com mais nefastas consequências para as escolas, os alunos, os professores e o futuro deste país a saque e em degradação acelerada – tal é o estado do sítio, que se tem assistido recentemente a movimentos manifestantes nunca vistos. Com que consequências, é o que falta saber – lembremo-nos do 12 de março... Certo é que não podemos deixar de protestar contra a destruição do país e o aviltamento das pessoas nem de lutar por políticas verdadeiramente alternativas e ao serviço do bem estar de todos. Convém, no entanto, manter os sentidos alerta e a inteligência desperta: as sondagens revelam uma forte vontade de mudança – mas para mais do mesmo, numa mudança de moscas para que a coisa continue a mesma...

2 Centremo-nos na Escola. Não venha o Ziguezague, nem outros planos inclinados pré e pós-ministeriais, valer-se do “antigamente”. Antigamente, no meu tempo, as turmas até podiam ter 40 ou 50 números de matriculados, mas aprendentes, merecedores da atenção dos professores, éramos uma pequena minoria de privilegiados – para a maioria, a Escola era o fundo da sala, pão escuro, sopa azeda e o desprezo do professor, quando não a violência múltipla. Entretanto, parece não restarem grandes dúvidas de que, no essencial, a Escola não mudou ou mudou quase nada – reafirmam-no vários investigadores. E os professores também não mudaram muito: replicamos o que aprendemos sem espírito crítico, sem nenhuma inquietação profissional que nos leve a questionar o bodo aos pobres que um qualquer ministro lá para trás nos possa ter dado; fomos aprendendo com “mestres” que

Mágoa das pedras

ressequiam as aprendizagens deles à nossa custa, sem ousarmos duvidar, questionar, talvez até interpretar o que nos passaram das sebtas já sebtas que outros lhes passaram. Quantos de nós já lemos a LBSE? Quantos já nos questionámos sobre o que pensamos

da Escola? Sobre o nosso papel e a sua verdadeira importância? Enquanto não soubermos responder a perguntas elementares (o que faço aqui? qual é o meu papel nesta atrofia cratista?), não estamos a fazer nada na Escola, ou estamos a fazer mal. Podemos, honradamente, reclamar que nos paguem bem por isso? E se já temos resposta para essas e outras questões, como podemos ficar parados, quais *nêspersa à espera de serem comidas*, ou diluídos nas moles humanas de protesto – imensas, sem dúvida – que tão depressa se congregam como se esfumam? Alguém, lúcido e intelectualmente sério, julga que vamos lá com arrufos mais ou menos inflamados, mais ou menos criativos, nas redes sociais? Ou com desabafos magoados como este?

3 Os combates pela mudança travam-se lado a lado, ombro com ombro, nas escolas, no bem-fazer quotidiano de um exercício profissional crítico e solidário, mas também noutros planos: desde logo, nas organizações sindicais, nos partidos (sim, que militância não é baixar a cabeça à espera de prebendas), nos movimentos sociais, pois claro, mas também na rua, desocultando o nosso descontentamento, dando a cara para exigir respeito: pelo nosso trabalho, pelo futuro das crianças e dos jovens, pelo país. Persistentemente, sem desistir. Como referiu Eduardo Pereyra (CTERA), de passagem pelo SPN, onde nos deu conta da experiência argentina e das dinâmicas latino-americanas, *só se perdem as lutas que se abandonam*. Que este espírito nos anime para o que aí vem! ●



ANTÓNIO BALDAIA | antonio.baldaia@sfn.pt



Crise política e novas medidas de austeridade para 2013

Da farsa à tragédia do empobrecimento generalizado

ANTÓNIO NABARRETE

(membro do CN da FENPROF)

Independente dos inevitáveis acidentes de percurso, e do posicionamento individual dos diferentes actores, a crise política que determinou a queda das alterações à TSU não passou de uma farsa! Sem as fortíssimas movimentações populares, e a vigorosa oposição da esquerda política e sindical, poderia ter desembocado numa tragédia de proporções incalculáveis, mas o talibanismo neoliberal que nos governa teve sempre um plano B! Que tem em vista acentuar o empobrecimento da sociedade portuguesa, especialmente dos trabalhadores e pensionistas! Cabe-nos endurecer a luta para evitar que ele seja posto em marcha!

O tempo e o modo

As medidas apresentadas por Passos Coelho naquele fim de tarde de sexta-feira, de forma pomposa mas canhestra, mostraram ao país, sem a menor sombra de dúvida, a verdadeira natureza de quem nos governa. Um conjunto de jogadores, sem densidade política nem ética social, amarrados a uma cartilha que impõe o rápido empobrecimento da população, tendo em vista o pagamento atempado dos empréstimos que nos concederam e dos juros agiotes que nos impuseram.

A resposta dos portugueses, enchendo as ruas e praças de mais de quarenta cidades por todo o território nacional, num gigantesco grito de protesto e indignação, obrigou os mentores e apoiantes deste governo, e desta política de terra queimada, a vir a terreno para salvar o essencial: a continuação da austeridade que lhes permita degradar rapidamente a dignidade do trabalho e a imperatividade das respostas sociais.

As perguntas e respostas de Paulo Portas, a si próprio, no dia a seguir ao gigantesco protesto popular, constituíram o epílogo da farsa e o primeiro acto da nova tragédia que sobre todos nós se abaterá, de forma ainda mais violenta que as anteriores, se a luta de todos não lhe puser um fim.

Défice orçamental: o sucessivo regresso ao ponto de partida

O défice orçamental de 2010 foi fixado em 9,1% após a inclusão no perímetro orçamental dos contratos das PPP (parceiras público-privadas). O governo de José Sócrates, que tinha anunciado inicialmente que o valor deste não ultrapassaria os 7,3%, já tinha entretanto sido obrigado a reconhecer o seu aumento para 8,6% devido à inclusão, no referido perímetro, de três empresas de transportes e aos prejuízos do BPN e BPP. A dívida pública consolidou-se nos 93,3% do PIB.

Em Janeiro de 2011, em pleno reino dos PEC's, e tendo em vista controlar o inefável défice orçamental, José Sócrates cortou, em média, 5% dos vencimentos dos funcionários públicos. A que se juntou, nesse mesmo ano, já pelas mãos de Passos Coelho, o corte de meio subsídio de Natal a todos os trabalhadores e um infundável rol de aumento de impostos, de subidas de preços e de degradação das respostas sociais. A Troika, na sequência Memorando de Entendimento, tinha exigido uma meta de 5,9% para o valor máximo do défice orçamental. O resultado final ficou-se nos 7,7%, disfarçado de 4,2% através da transferência do fundo de pensões da banca. A dívida pública, essa, insensível aos truques de contabilidade criativa, subiu para 107,8% do PIB! Isto, apesar de todas as malfetorias praticadas ao longo do ano sobre os trabalhadores e da quebra de mais de 32.000 funcionários públicos, que ficaram, muitos deles, a auferir uma pensão bastante diminuída devido à opção pela antecipação do pedido de aposentação, na maior parte dos casos motivada pelos receios quanto ao futuro.

Para este ano de 2012, apesar de teoricamente o objectivo do défice estar cumprido à partida (registo contabilístico de 4,2% para uma meta de 4,5%) o governo de Passos Coelho retirou, de uma só vez, o 13º e 14º mês a todos os funcionários públicos, aumentou o IVA na restauração e diminuiu as prestações sociais, entre outras medidas

Evolução da dívida e do défice públicos desde 2000

Ano	Dívida pública % do PIB	Défice Orçamental % do PIB
2000	50.4	- 3,3
2001	52.9	- 4,8
2002	55.5	- 3,4
2003	57.0	- 3,7
2004	58.3	- 4,0
2005	63.6	- 6,5
2006	64.7	4,6
2007	63.6	- 3,2
2008	65,3	- 3,7
2009	76,1	- 10,2
2010	93,3	- 9,1 (7,3)
2011	107,8	- 7,7 (4,2)
2012	111*	- 6,9* (5,0)*

*estimativa

Tendo em atenção unicamente os roubos salariais e a inflação, e olhando apenas para o exemplo da Função Pública, a quebra de poder de compra da maioria dos professores atinge praticamente os 50%! Como se confirma pelo quadro abaixo.

Evolução salarial dos trabalhadores da Administração Pública com vencimento mensal acima de 1.000 € nos anos de 2003 e 2004, acima dos 1.500 € em 2011 e acima dos 1.000 € em 2012 (Taxa de variação média, em %)

Ano	Evolução salarial da FP	Taxa de inflação
2000	2,5%	2,9%
2001	3,71%	4,4%
2002	2,75%	3,6%
2003	0,0%	3,3%
2004	0,0%	2,4%
2005	2,2%	2,3%
2006	1,5%	3,1%
2007	1,5%	2,5%
2008	2,1%	2,6%
2009	2,9%	-0,8%
2010	0,0%	1,4%
2011	-12,2%	3,6%
2012	-19,3%*	3,2%*

*estimativa

Perda de poder de compra acumulado entre 2000 e 2012 = 46,74%!

gravosas. O resultado foi um aumento galopante do desemprego (quase 16% a nível oficial e muito perto dos 25% em termos reais!) e uma recessão sem fim à vista.

O empobrecimento grassa em todas as camadas da população, excepto no que diz respeito aos detentores de mais de um milhão de dólares, que subiram de 11.400 para 11.600, segundo o registo internacional de dados comparados nesta área. Uma minoria que cresceu residualmente em número mas cujos proveitos dispararam em plena crise!

Apesar da incessante rapina dos rendimentos dos trabalhadores, e do brutal aumento de impostos, a previsão para o défice orçamental em 2012 sobe para os 6,9% enquanto a dívida pública deve ultrapassar os 110% do PIB! Vem aí um orçamento rectificativo para "empurrar" o défice para

os 5%. A dívida, essa, continua a subir e a vida dos portugueses a degradar-se.

Este sucessivo regresso do défice ao ponto de partida só será travado através de políticas de desenvolvimento e emprego. Mas este governo não está lá para isso! Só a sua remoção imediata fará brilhar uma luz ao fundo do túnel! Mas esta só não se apagar se as políticas mudarem radicalmente.

A tragédia que cumpre evitar

No momento em que escrevemos desconhecemos o desenho das novas medidas de austeridade que irão enformar o orçamento para 2013. Isto, após o anúncio da retirada das criminosas alterações à TSU, que previam uma transferência directa de rendimento dos trabalhadores para os patrões. Mas uma coisa é certa. Após a farsa da "colossal"

crise política, o governo julga ter as mãos livres para torner as decisões do Tribunal Constitucional.

Vai, por isso, continuar a sugar os trabalhadores e os pensionistas dos rendimentos do trabalho e pensões (estas de forma ainda mais feroz!), procedendo ao mesmo tempo a um brutal aumento do IRS. A procura interna continuará a cair, e a recessão campeará, induzindo mais e mais desemprego numa espiral que empobrecerá o país para além de todas as previsões.

Urge evitar esta tragédia! A 29 de Setembro cumpre-nos encher o Terreiro do Paço e ganhar balanço para a continuada luta de resistência e proposta que obrigue a um novo governo e novas políticas.

É preciso malhar o ferro enquanto está quente! ●

PAÍS REAL

CGTP-IN apresenta quatro medidas para evitar mais sacrifícios

A luta dos trabalhadores e da população obrigou o Governo a recuar nas intenções de alterar a Taxa Social Única (TSU).

Contudo o Governo já está a preparar com novas roupagens medidas de austeridade que têm como destinatários os mesmos do costume: os trabalhadores, os reformados e os pensionistas.

A CGTP-IN não aceita qualquer medida que vise a redução dos salários, das pensões e das reformas, num cêntimo que seja!

A Central sindical não pactua com a tentativa de colocar a Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS) a legitimar estas medidas, e em geral a política do



Governo do PSD/CDS e do "memorando" da Troika, que visa o retrocesso das relações de trabalho com a alteração da legislação laboral para os setores público e privado, a redução dos salários e dos rendimentos do trabalho, deixando incólumes os rendimentos do capital, as privatizações, o ataque aos serviços públicos e às funções sociais do Estado (saúde, educação, segurança social). À exigência de equidade, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa, o Governo tem apresentado

medidas que, ao invés de alargar a base contributiva, agravam a situação daqueles que já pagam impostos – os assalariados e os pensionistas. Os efeitos desta política são por demais conhecidos:

- Redução da procura interna;
- Recessão económica;
- Falências de empresas;
- Desemprego sem precedentes;
- Empobrecimento generalizado da população;
- Quebra das receitas fiscais;

- Aumento da dívida pública, numa espiral que conduz o país a uma crescente dependência externa.

Como sublinha a *Intersindical*, o Memorando da *Troika* e a política de direita são as causas que impedem a resolução dos problemas do país.

A rutura com esta política de empobrecimento generalizado e a luta por uma mudança que tenha como alicerce o desenvolvimento económico e a promoção do emprego com direitos, o combate às desigualdades e a melhoria das condições de vida da população constitui um imperativo de todos quantos lutam por um Portugal de progresso e justiça social.

A CGTP-IN exorta à participação massiva das mulheres e dos homens trabalhadores, dos jovens, dos desempregados, dos pensionistas e reformados e de outras camadas da população nas iniciativas de protesto e luta dinamizadas pelo movimento sindical

unitário quer no plano regional, quer no plano nacional, prevendo-se, no fecho desta edição um grande envolvimento na jornada de 29 de setembro, no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 22 de setembro, a CGTP-IN divulgou quatro medidas concretas, destinadas a aumentar as receitas fiscais. Esta proposta é baseada em três pressupostos essenciais:

- Respeitar o preceito constitucional do princípio da equidade;
- Obter receitas fiscais de modo a conciliar a redução do défice e da dívida pública com o crescimento económico e com a justiça social;
- Rejeitar quaisquer cortes salariais, seja por via do aumento da Taxa Social Única para os trabalhadores, seja por quaisquer outras medidas que incidam sobre os rendimentos do trabalho ou visem penalizar ainda mais as pensões e reformas. ●

1

Criação de uma taxa sobre as transações financeiras

A criação de um novo imposto, com uma taxa de 0,25%, a incidir sobre todas as transações de valores mobiliários independentemente do local onde são efectuadas (mercados regulamentados, não regulamentados ou fora de mercado), excepcionando o mercado primário de dívida pública. Esta medida permitirá arrecadar uma receita adicional de 2.038,9 milhões de euros.

2

Introdução de progressividade no IRC

A criação de mais um escalão de 33,33% no IRC para empresas com volume de negócios superior a 12,5 milhões de euros, de forma a introduzir o critério de progressividade no imposto. A incidência deste aumento é inferior a 1% do total das empresas. Esta medida permitirá arrecadar uma receita adicional de 1.099 milhões de euros.

3

Sobretaxa de 10% sobre os dividendos distribuídos

A criação de uma sobretaxa média de 10% sobre os dividendos distribuídos, incidindo sobre os grandes

accionistas (de forma a garantir um encaixe adicional de 10% sobre o total de dividendos distribuídos), com a suspensão da norma que permite a dedução constante sobre os lucros distribuídos (art. 51º do CIRC), o que permite às empresas que distribuem dividendos deduzir na base tributável esses rendimentos desde que a entidade beneficiária tenha uma participação na sociedade que distribui pelo menos 10% do capital. Esta medida permitirá arrecadar uma receita adicional de 1.665,7 milhões de euros.

4

Combate à fraude e à evasão fiscal

A fixação de metas anuais para a redução da economia não registada, com objectivos bem definidos e a adopção de políticas concretas para a sua concretização. Esta medida permitirá arrecadar uma receita adicional de 1.162 milhões de euros.

Apenas estas medidas seriam suficientes para obter receitas fiscais adicionais de 5 mil e 966,5 milhões de euros, montante superior ao obtido com a brutal redução do poder de compra das famílias e conseqüente degradação da qualidade de vida de milhões de portugueses.

Da declaração divulgada pela CGTP-IN em conferência de imprensa realizada em Lisboa, 22 de Setembro de 2012



A Cimeira da Frente Comum, reunida no dia 4 de setembro, em Lisboa, aprovou a realização de um conjunto de ações que visam combater as políticas de austeridade que condenam o país, aumentam o desemprego e a instabilidade, reduzem os rendimentos das famílias e provocam recessão económica.

Salários e Pensões

Na sua reunião plenária foram analisadas a situação económica do país e as condições que, contrariamente ao que tem sido propagandeado pelo governo, levam o país à ruína e as famílias ao desespero. Tomando por base valores do INE (disponíveis) relativos ao aumento de preços no consumidor, entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de maio de 2012, a Frente Comum avançou com uma proposta de aumento salarial de 47,00 euros o que, para os docentes (e

tomando por base os valores auferidos na base e no topo da carreira, corresponderá a aumentos percentuais, respectivamente, entre 3% e 1,3%.

Ainda no que diz respeito à matéria pecuniária, a Frente Comum defende que o subsídio de refeição passe a ser pago a 6,50 euros e uma adequada atualização das pensões de aposentação e de sobrevivência.

O documento síntese das propostas aprovadas acrescenta, ainda, a necessidade de o governo cumprir com o que prometeu relativamente à recuperação dos salários e dos subsídios para a situação anterior aos cortes e aos roubos efetuados.

Emprego e com direitos

Procuração maior desta estrutura sindical é, também, o emprego/desemprego, defendendo o imediato abandono de políticas restritivas do emprego e a garantia de integração nos quadros de pessoal, de acordo com o que se encontra estipulado para o setor privado, de todos os trabalhadores que, encontrando-se a satisfazer necessidades permanentes dos serviços, são sucessiva e ano após ano contratados, sem qualquer garantia de estabilidade, quer para si, quer para os próprios serviços em que exercem funções. Quanto a esta matéria, sobressai a situação na Educação com milhares de professores afetados por estas políticas, ao mesmo tempo que são reduzidos direitos e agravadas as condições de trabalho dos que são do quadro e dos poucos contratados que obtêm colocação.

FRENTE COMUM

Proposta Reivindicativa Comum 2013

Alterações à legislação

A Cimeira manifestou ainda a forte e unânime oposição de todas as organizações sindicais às medidas anti-trabalhadores acordadas entre o governo e troika estrangeira e apoiadas pelo PSD, CDS e CDS/PP, pelas confederações patronais e pela UGT e que agravam a situação laboral existente no país. Neste contexto, e perante a manifesta e já oficial intenção do governo

de aplicar a nova legislação laboral também à administração pública, a Frente Comum manifestou o seu desacordo, designadamente em relação a:

- Pôr em causa o horário normal de trabalho, impondo pelo menos mais 2 horas de trabalho diário e 50 horas por semana, através da adaptabilidade e do banco de horas;
- Aplicar um sistema de mobilidade forçada até 60 Km (ou 30, no caso dos assistentes operacionais e técnicos) do local de trabalho ou residência e para qualquer parte do território nacional pelo período de um ano;
- Com a pressão e chantagem que estas medidas potenciam, permitir despedimentos por extinção do posto de trabalho, mas sem direito a subsídio de desemprego, através da regulamentação da cessação do contrato;
- Reduzir brutalmente a compensação pela caducidade dos contratos a termo;
- Reduzir para metade o valor do acréscimo pela prestação de trabalho extraordinário, bem como a duração do descanso compensatório;
- Reduzir o número de feriados em 4 – ou 5, se considerarmos o Carnaval.

Para a Frente Comum, o conjunto de medidas e as opções políticas e ideológicas do governo atacam “os direitos dos trabalhadores e é desastrosa para as populações, que vêm degradar-se serviços essenciais que o Estado está constitucionalmente obrigado a prestar, traduzindo-se na tentativa de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, do Poder Local Democrático, do acesso à justiça, reduzindo

a democracia e empobrecendo a qualidade de vida dos portugueses. Mas também é desastrosa para a economia nacional, pois não há desenvolvimento económico sustentado sem o aumento de salários e melhores condições de vida e de trabalho”.

Em 14 de Setembro os diversos sindicatos da Frente Comum entregaram mais de 600 pareceres sobre estas propostas de alteração às leis laborais na administração pública na Assembleia da República

A centralidade dos salários na recuperação do país

As políticas de redução salarial servem os interesses do capitalismo e as opções da União Europeia de cada vez maior dependência externa do país. Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN, presente, a convite, na Cimeira da Frente Comum, foi claro: “o aumento dos salários é uma peça central do desenvolvimento económico do país”. Lembrando que “95% das empresas portuguesas só intervêm no mercado interno e só cerca de 5% contribuem para as exportações portuguesas” referiu que tal faz com que estejam enormemente dependentes do poder de compra dos portugueses. Por outro lado, referiu que o crescimento do poder de compra só pode ser feito através do aumento dos salários e que tal será um forte contributo para aumentar as receitas do Estado quer através dos impostos que este receberia, quer através da obtenção, por parte do tecido empresarial, de condições de criação de mais emprego. Uma medida fundamental para reduzir a despesa com prestações sociais e aumentar a produção nacional.

Aludindo à presença da troika estrangeira em Portugal, Arménio Carlos lembrou que bastava que o BCE financiasse directamente os estados a 1% de juros, sem que tal ajuda tenha de passar pelos mercados financeiros, para que o país poupasse cerca de 5 mil milhões de euros, em resultado do resgate de que Portugal está ser alvo. “Quem pode pagar juros de 8, 9 e 10%?” – questionou.

Apelo à mobilização e à participação

O Secretário Geral da central sindical considerou inevitável que haja uma mudança

estruturante das opções do governo e que tal passaria por uma ruptura com as orientações até agora adoptadas e impostas aos portugueses. Acabar com o roubo nos rendimentos dos trabalhadores e obter rendimento através dos rendimentos do capital é, por isso, fundamental, para que se saia desta espiral de redução de direitos e de empobrecimento do país e das famílias.

Foi, pois, neste quadro que o dirigente sindical fez um forte apelo para que os trabalhadores da administração pública de todos os sectores se mobilizem, dêem coesão à luta e transmitam uma imagem de força e acção. •

A EXPLORAÇÃO DESENFREADA dos trabalhadores é ainda agravada com a ofensiva patronal para aumentar o tempo de trabalho (gratuito), através da intenção em eliminar dias de férias, feriados e dias de descanso; pretensão em diminuir o pagamento do trabalho extraordinário e redução do valor/hora de trabalho, em desregulamentar os horários de trabalho e introduzir o banco de horas para fomentar o agravamento do desemprego e da precariedade dos vínculos laborais. Esta ofensiva patronal tem sido incentivada pelo Governo que para além de já ter estendido muitas destas malfeitorias aos trabalhadores da Administração Pública, quer levar mais longe esta ofensiva laboral, nomeadamente com a proposta de lei (n.º 81/XII) para alterar e agravar as condições de trabalho neste sector.

Portugal enfrenta, assim, a mais grave crise económica e social verificada depois da Revolução de Abril. O momento que hoje estamos a viver e as perspectivas que o Governo do PSD/CDS aponta para o futuro imediato, têm consequências trágicas para o país e dramáticas para a vida dos portugueses: desemprego brutal; profunda e destruidora recessão económica; empobrecimento generalizado; regressão drástica das condições de vida das classes e camadas populares; aumento das injustiças e desigualdades; alastramento das situações de exclusão social, uma cada vez maior dependência do país face ao capital estrangeiro.

Estamos perante uma situação de brutal retrocesso do país em todos os domínios sendo o resultado acumulado de anos de política de direita ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros e de um programa de agressão que tudo agravou, estabelecido entre aqueles que governaram o país nos últimos 35 anos e a trióica estrangeira do FMI/BCE/UE. •

In resolução do Conselho Nacional da CGTP-IN, de 12/09/2012

O Conselho Nacional da CGTP-IN é composto por sindicalistas de todas as áreas do mundo do trabalho e reflete, nas suas decisões, a avaliação que se faz no país real.

NA RUA

FENPROF contacta pais e população, alertando para preocupações dos professores



As escolas abriram as suas portas para mais um ano letivo, revelando, desde logo, as grandes dificuldades que se colocam na sua organização e no funcionamento, as quais tenderão a agravar-se à medida que o ano se desenvolve.

O arranque deste ano escolar ficou indelévelmente marcado pelas consequências imediatas de medidas gravíssimas impostas pelo MEC: o aumento brutal do desemprego docente e dos níveis de instabilidade, também com a criação de uma bolsa de milhares de docentes dos quadros sem componente letiva atribuída (horários-zero), alertava uma nota de imprensa recentemente divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF, que acrescentava:

“Contribuíram para este objetivo, entre outras medidas, a criação de mais 150 mega-agrupamentos, o empobrecimento

da estrutura curricular ou o aumento do número de alunos por turma que, como a OCDE refere, irá piorar a qualidade do ensino”.

Informar a opinião pública

Com o objetivo de assinalar o início deste ano letivo, denunciando os problemas criados pelo MEC às escolas e aos professores, a FENPROF está a promover duas iniciativas com vista a dar visibilidade às suas preocupações: a distribuição de um texto aos pais e à população em geral e a divulgação e utilização de autocolante com a frase **“Não há Professores a mais. Há escola a menos”**.

O texto está a ser distribuído à população desde o dia 14 de setembro, em todas as regiões do país. Já em relação à distribuição aos pais, nas escolas, a ação teve também o seu início a 14, mas prolongou-se por toda a semana de 17 a 21. •



Falta de preparação das escolas para alargamento da escolaridade...

...empurra alunos com NEE para as instituições

No passado dia 11 de setembro, através da Portaria n.º 275-A, o MEC deu mais alguns passos atrás no que à inclusão se refere.

Com a escolaridade obrigatória a alargar-se até ao 12.º ano e sem nada ter feito para garantir o sucesso dos alunos neste novo e importante quadro, nomeadamente no que respeita à garantia de apoios aos que apresentam necessidades educativas especiais (NEE), o MEC, tarde e a más horas, fez publicar a portaria acima referida que constitui um significativo retrocesso no que à inclusão diz respeito.

Recorda-se que nunca foram criados lugares de quadro nas escolas secundárias para a colocação de docentes de Educação Especial, pelo que estas contam, apenas, com os que foram colocados nas EB2.3 e/ou agrupamentos, quer antes, quer depois de qualquer processo de agregação, sendo a resposta existente a este nível manifestamente desajustada, por insuficiente.

Não querendo dotar as escolas dos recursos necessários para responderem positivamente às novas exigências de uma escolaridade obrigatória mais prolongada e à crescente intolerância da sociedade face à exclusão, o MEC, de novo, optou pelo caminho mais simples e retrógrado: o da segregação. Assim, mantendo um número mínimo de horas (5) na escola de matrícula, o novo diploma legal estabelece que 80% do horário letivo dos alunos com NEE, que, durante o ensino básico, tiveram um currículo específico individual (CEI), será cumprido fora da turma, na maior parte dos casos, fora da escola. Segundo a Portaria 275-A/2012, de 11 de setembro, esses alunos serão encaminhados para os CRI (os ditos centros de recursos para a inclusão que, na verdade, estão muito longe de cumprir o objetivo para que, alegadamente, foram criados) ou instituições, que há muitos anos se chamavam de ensino especial.

É, no mínimo, estranho que, tendo estes alunos um percurso específico e individualizado, se aponte um único percurso possível, ou seja, as instituições.

Torna-se óbvio que, mais uma vez, a ditadura do financeiro se impõe ao interesse pedagógico, ao desígnio educativo e mesmo à exigência social (será que o MEC pretende usar estes alunos para financiar as instituições?).

Sai mais barato e é muito mais simples afastar alunos da escola dita regular onde, em ambiente de inclusão, possam aprender, construir competências e preparar-se para a vida do que dotá-la dos recursos e condições para que tal possa acontecer: colocação em número suficiente de docentes especializados e de outros técnicos de educação e formação, ajudas técnicas adequadas e constituição de turmas reduzidas (por esta portaria, as turmas frequentadas por estes jovens terão a dimensão das restantes, ou seja, 30 alunos. Será que eles, mesmo estando na escola, estarão fora das suas turmas? Será que estarão nas turmas e, nesse momento, a turma terá 30 alunos e não 20 como a lei prevê?).

O MEC apresenta uma matriz curricular para estes alunos com uma componente (que será desenvolvida nas instituições) sobre cidadania. Afinal é ou não importante esta componente, tendo em conta que é o mesmo MEC (o mesmo Ministro) que extinguiu a formação cívica da matriz curricular da escola pública? •

“

Torna-se óbvio que, mais uma vez, a ditadura do financeiro se impõe ao interesse pedagógico, ao desígnio educativo e mesmo à exigência social.

Segregação

É inadmissível que o MEC esteja a criar cada vez mais segregação entre as crianças e jovens portugueses...apontando, claramente, para a criação de sistemas paralelos onde encaixa cada um dos alunos de acordo com a sua capacidade intelectual e condição social e económica: um para os alunos com NEE (as instituições), outro para os indigentes e pobres (a escola pública), um terceiro para uma elite privilegiada (ensino privado), ...

Assim, estes alunos com NEE que tiveram um CEI no ensino básico serão praticamente afastados da sua escola de matrícula, regressando o tempo em que eram separados dos restantes jovens e remetidos para instituições que, agora, para parecer “moderno”, passam a designar-se por entidades parceiras.

A FENPROF irá colocar esta questão às organizações representativas das pessoas com deficiência e outras que pugnam pela inclusão, com vista a uma tomada conjunta de posição.

Com mais esta medida, a atual equipa do MEC confirma que o seu forte é, de facto, a marcha atrás, procurando transformar a escola do presente em escola do passado. Os professores e, de uma forma geral, a comunidade educativa, saberão lutar por uma escola para o futuro! •





Margarida César é Professora Associada com Agregação do Instituto de Educação (IE) da Universidade de Lisboa (desde 2009). Até à data de criação do IE foi Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da UL, onde trabalhou desde 1984, tendo começado como assistente estagiária. É licenciada em Psicologia (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UL, 1981) e doutorada em Educação, especialidade de Psicologia da Educação (UL, 1995), com Agregação em Educação pela mesma Universidade em 2004. Foi Professora convidada da Universidade de Paris 8 (Março e Abril de 2003) e colaborou, como psicóloga, no Centre Georges Devereux (Paris 8) e no grupo de trabalho Gepela, grupo multidisciplinar com uma abordagem etnoclínica, dando apoio a escolas, ou crianças e adolescentes que necessitam de apoios educativos especializados. Vice-coordenadora do CEFUL - Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da UL, entre 1996 e 2000, do qual foi membro efectivo até 2009, é actualmente membro da UIDEF - Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, Área de História e Psicologia da Educação, desde a sua criação, em 2010. ●

À conversa com Margarida César, da Universidade de Lisboa

Educação Inclusiva

Pequenos passos, alguns retrocessos e muito caminho para andar...

JOSÉ PAULO OLIVEIRA
(Jornalista)

“Temos avanços, retrocessos e, também, um longo caminho a percorrer para atingirmos uma educação e uma sociedade (mais) inclusivas?”, sublinha ao JF a Professora Margarida César, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (UL).

Depois de referir que a Educação Inclusiva tem sido um parente pobre, “com e sem crise”, lembrando que não é a este setor que têm sido atribuídas as maiores verbas ou os maiores esforços em recursos e estruturas, Margarida César observa que “só se fala de Educação Inclusiva depois da Declaração de Salamanca (1994), documento que mereceu um consenso enorme de muitos países, incluindo Portugal”.

O problema, regista, é “a diferença entre os ideais de Salamanca e depois a sua operacionalização no terreno”.

Entre nós, é possível assinalar alguns “traços que constituem avanços neste pro-

cesso”, que a investigadora sintetizou assim numa conferência realizada na sala do Senado a 21 de março de 2012, na Assembleia da República, iniciativa da Comissão parlamentar de Educação:

- Uma reflexão e discussão públicas em torno da Educação Inclusiva;
- Um maior número de crianças e jovens a frequentarem o ensino regular diurno;
- Mais escolas com práticas mais inclusivas;
- Um maior número de alunos a concluírem o ensino básico e a frequentar o ensino secundário e o ensino superior (embora não haja legislação específica para este último setor);
- Mais jovens e adultos e conseguirem formas de autonomia diversas;
- Mais respostas sociais adequadas para os que não as conseguem atingir;
- Mais investigação e maior divulgação dos resultados.

“Repare, há 10 anos atrás, por exemplo,



Análise crítica, propostas e sugestões de quem conhece o assunto...

Correspondendo a um pedido inicial do jornalista, Margarida César, ao longo da entrevista concedida ao JF, foi apontando propostas e sugestões para “um longo caminho” que a Educação Inclusiva tem ainda de percorrer no nosso país. “Muitas das minhas propostas não têm implicação orçamental. Têm mais a ver com formas de organização e sensibilidade dos profissionais e de quem participa nos órgãos de poder”, esclarece a investigadora.

“Nas escolas, as turmas deviam ser constituídas e conhecidas dos seus professores o mais cedo possível. Assim, os docentes podiam preparar-se melhor. Havia toda a vantagem. No âmbito da continuidade pedagógica, em julho, por exemplo, os professores já deveriam saber que alunos teriam em setembro. Se, com antecedência, eu soubesse que vou ter um aluno surdo no ano letivo seguinte, muito provavelmente irei preparar-me para isso...”

Refere que as turmas com alunos que têm necessidade de apoios educativos especializados não devem ter mais de 20 elementos e mais de dois casos, que devem ser compatíveis (“ainda há quem julgue que as turmas grandes saem mais barato para o sistema, mas depois quando surgem as dificuldades e os problemas acrescidos com insucesso e abandono escolar precoce, as contas já saem ao contrário...”) e destaca que “não se devia desperdiçar recursos humanos devido a critérios usados nos concursos para colocação de professores (ensino regular e ensino especial)”.

Margarida César sublinha a necessidade de não discriminar casos menos visíveis ou por falta de consenso, dos especialistas, quanto à intervenção. Recorda que se deve facilitar a transição do ensino secundário para o universitário e fala com particular empenho na “intervenção precoce”: “não se deve atuar tarde demais!”. Salienta

que os diagnósticos funcionais e os PEIs devem ser “mais rigorosos”, deixando ainda um conjunto de preocupações que tentaremos sintetizar assim:

- Refletir e aprender com a divulgação dos casos de sucesso;
- Apostar na formação de professores que contemple a Educação Inclusiva;
- Garantir a colocação dos professores com formação específica nas turmas com alunos que necessitam desse apoio especializado;
- Aproveitar melhor os recursos humanos e materiais;
- Organizar e gerir as escolas promovendo a Educação Inclusiva;
- Dinamizar o trabalho colaborativo entre os diversos especialistas;
- Garantir mais qualidade aos documentos de política educativa e de legislação;
- Evitar mudanças nas políticas sem avaliação prévia. | JPO ●

não teria sido convidada para aquela iniciativa na Assembleia da República. Por outro lado, surgiu legislação em 2008, subscrevendo de forma nítida, no preâmbulo, os ideais da Educação Inclusiva. Infelizmente, também há retrocessos, alguns deles preocupantes, na situação atual”, afirma. Neste capítulo, a docente da UL destaca que a CIF subscreve um modelo médico, com codificação demasiado confusa e difícil de utilizar, pouco adaptada à Educação. “Foi concebida com uma lógica que não corresponde a critérios psico-pedagógicos, os mais necessários numa escola e em educação”.

Depois de afirmar que “muitas crianças e jovens deixaram de poder ser sinalizados e de poder ter acesso às formas de acolhimento de que necessitam”, Margarida César sublinha que “é preciso ter muito cuidado com a forma como são sinalizados os alunos”, mas destaca também que “muitos não estão sinalizados, porque o decreto de 2008 só contempla, essencialmente, quatro casos: cegueira e baixa visão, surdez, espectro do autismo e multideficiência. Isto deixa de fora muitos alunos, nomeadamente os das situações do foro emocional, as dislexias, síndrome de Down, hiperatividade, etc., que com o 319/91 estavam sinalizados... Isto não é um retrocesso?”.

Diagnósticos funcionais

O excessivo número de alunos por turma e “a incoerência entre alguns documentos de política educativa e/ou legislação”, são também situações apontadas pela investigadora, que chama a atenção para a importância dos diagnósticos funcionais:

“Permitem descrever o caso, contando a sua história e confrontar formas de atuação e reação em diversos contextos, cenários e situações, dando voz a diferentes informantes”.

Além de serem mais fáceis de elaborar, compreender e utilizar pelos agentes educativos, nomeadamente os professores, desde que façam formação, permitem, a partir deles, “conceber e operacionalizar formas de intervenção, ao mesmo tempo que permitem monitorizar os impactes das formas de intervenção utilizadas”.

“São mais coerentes com os princípios da Educação Inclusiva”, conclui. ●

TESTEMUNHOS

Falemos de Educação Especial...

Repensar...

Durante três anos letivos (2008 a 2011), fui professora e diretora de turma, no ensino secundário, de alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo. Pela primeira vez, fui confrontada com alunos com estas características, sem qualquer formação para tal. Não existindo na escola professor de Educação Especial, todo o trabalho inicial de preparação foi executado com a psicóloga da escola, que sendo mãe de um dos alunos, procurou, no âmbito da sua prática e do conhecimento desta realidade, definir estratégias e transmitir algum do “Saber” para lidar com alunos com tais características (apoio que perdurou ao longo de todo o ano letivo).

No ano seguinte, foi colocada na escola a professora de Educação Especial (a principal razão da sua colocação nesta escola prendia-se com a existência dos alunos surdos), mas existindo na escola mais alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e havendo a necessidade de se proceder à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde de todos os alunos, pouco tempo restou para além do utilizado em Conselhos de Turma e em algumas reuniões para o preenchimento de uma quantidade enorme de papéis...

Ora, a experiência com alunos surdos possibilitou perceber que a Educação Especial tem que ser pensada, não em termos dos instrumentos legalmente previstos, mas na sua operacionalização! Há que passar dos papéis à prática, há que ativar os apoios especializados. | **Carla Rio Coles** ●

Resposta mais eficaz

A escola deveria ser um meio de excelência para a promoção, aceitação e respeito pela diferença, tendo em vista a construção de uma sociedade tolerante e plural, conforme preconiza o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro.

Mas para que todos estes pressupostos resultem é imprescindível que determinadas situações sejam alteradas e/ou melhoradas, nomeadamente a existência nas escolas de um maior número de técnicos especializados, como terapeutas da fala e psicólogos, mais docentes de educação especial para se conseguir dar uma resposta mais eficaz a todas as necessidades e especificidades, assim como a colocação de mais pessoal não docente, com perfil adequado às funções a desempenhar (nunca através da colocação pelo Centro de Emprego, temporariamente) e que pudessem usufruir, periodicamente, de ações de formação/sensibilização para atualização de conhecimentos. | **A Educadora de Infância, Helena Batista** ●

25 anos dedicados à Educação Especial

Comecei ao mesmo tempo que encerravam as últimas classes especiais. Tenho uma sensação de deja vu ao assistir à proliferação de unidades especiais, apesar de aceitar que constituem uma resposta adequada para alguns alunos. Pelo caminho, Salamanca e o boom da educação inclusiva.



A ideia de mudar a escola para responder a todos os alunos que resisto a abandonar está a tornar-se cada dia mais difícil de colocar em prática, porque há um limite na capacidade de remar contra a maré.

A introdução forçada de instrumentos de trabalho cuja eficácia está para se provar e que resultam em processos morosos desenvolvidos por equipas multidisciplinares inexistentes, juntamente com a redução significativa do número de docentes de educação especial, tornou extremamente difícil um trabalho que já de si não tem visibilidade que corresponda à sua importância e ao investimento diário, num sistema que progressivamente valoriza mais os resultados do que o processo, que fala em diferenciação pedagógica mas exige as mesmas metas e vai reduzindo as possibilidades de alunos diferentes mostrarem o que sabem de forma diferente e com recurso a apoio acrescido.

Apesar de todas as dificuldades, provavelmente aquilo que me causa maior mal-estar é assistir na minha escola a uma grande quantidade de alunos em grandes dificuldades, que mostrando embora um nível de funcionalidade extremamente limitado e comprometimento grave da sua aprendizagem, não são considerados elegíveis para educação especial, mesmo após terem sido implementadas todas as medidas ao alcance dos seus professores. Foi a estes que falhámos. | **Ana Godinho** •



“

A constante sistematização da intervenção, baseada na assiduidade e continuidade do trabalho com as crianças e bem como com as famílias, é imprescindível e benéfico para estabelecer relações afetivas e de cooperação

Mãe relata experiência

Sou mãe de duas crianças, de 12 e 6 anos de idade. Penso que o princípio da inclusão, a qual o ensino português se compromete, é um excelente e importante princípio. Cria uma escola mais democrática, e ajuda a criar uma sociedade em que, embora todos diferentes, sejamos todos iguais.

Estas situações, para a turma toda, podem ser profetáveis, porque em vez de criarmos uma cultura de competitividade, ensinamos a valorização de competências sociais.

A nossa filha acompanhou com sucesso a sua turma durante o 1.º ciclo todo.

Continua com dificuldades mas transitou para o sexto ano. Mesmo assim, a escola do 2.º ciclo, só após várias intervenções nossas, finalmente se comprometeu a dar o devido apoio, dentro da sua turma atual, em vez de transferi-la para uma turma de oportunidades, embora ela legalmente não tenha as características. Durante muitas semanas, não sentimos a devida disponibilidade do lado da escola de comunicar e discutir connosco a situação. | **Mãe (Região Autónoma dos Açores)** •

Intervir precocemente

Estando a Intervenção Precoce na Infância (IPI) destinada a crianças dos 0 aos 6 anos e ser esse período de atuação, é

fundamental a identificação destes casos o mais precocemente possível, pois é essa a chave de qualquer intervenção bem-sucedida.

Intervir precocemente tem um impacto positivo na criança bem como na sua família.

A constante sistematização da intervenção, baseada na assiduidade e continuidade do trabalho com as crianças e bem como com as famílias, é imprescindível e benéfico para estabelecer relações afetivas e de cooperação como tal é fundamental ser sempre o mesmo técnico de IPI a acompanhar a família ao longo dos primeiros anos de vida da criança. | **Fernanda Paula Ventura (Educadora especializada)** •

Mais valia

Um aluno portador de necessidades especiais deve ser atendido no mesmo ambiente que um aluno não portador, como tal, a entajuda entre os professores de educação especial e os professores curriculares é uma mais-valia. | **R.B (professora de matemática 2º ciclo, Almada)** •

Ser professora de Educação Especial...

Pensei que deveria criar estratégias e metodologias para atenuar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, realizar trabalho cooperativo com os diversos professores, apoiar emocionalmente e reforçá-los positivamente em cada batalha ganha, entre outras tarefas inerentes à educação especial.

Neste momento, ser professor de educação especial é ser milagreiro. Deparo-me de ano letivo para ano letivo, menos professores de educação especial e mais alunos, com problemáticas gravíssimas.

Os problemas não se ficam pela falta de recursos humanos, como professores e auxiliares, nem pela falta de recursos materiais, como salas e material de apoio, mas também temos que lidar com a família dos nossos alunos. | **N. (professora contratada, formação base educadora, a trabalhar na Moita)** •

Pedem-nos muito...

Depois de vinte anos com turmas surgiu o convite para trabalhar, por um ano letivo, na área da Educação Especial. Primeiro a especialização, depois o mestrado. Veio a mudança de grupo disciplinar e o ancorar no 910! Pedem-nos muito, mas dão-nos pouco! | **Lúcia (professora especializada 910, formação de base 2º, 3º ciclo; trabalha em Almada)** •

Profissionais e amigos

Tenho uma filha com 6 anos... Sempre teve uma professora de educação especial que trabalhou com ela especificamente, inserida na sala com as outras crianças. As professoras e os médicos que trabalham com a minha filha foram sempre mais que profissionais foram uns amigos a quem eu sempre recorri quando necessitei.

Mãe da S. num jardim de infância do Seixal •

Relação afetiva

Na escola onde leciono, tenho sido muito apoiada pelas docentes que integram a equipa da Educação Especial, tanto enquanto diretora de turma, de alunos abrangidos por este decreto, como professora destas crianças.

(...) uma relação muito próxima àqueles alunos. Uma relação afetiva forte que me tem vindo a "contagiar", pela simplicidade dos gestos e pela verdade das palavras a que me habituaram e que me têm levado a pesquisar a seu respeito e a encontrar estratégias adequadas às suas aprendizagens. | **Aida Nascimento Dias, EBI/JI do Montenegro** •

DIA MUNDIAL DOS PROFESSORES

Coleção de 12 pacotes de açúcar

Dia Mundial dos Professores assinalado com desenhos e pinturas de alunos

A FENPROF, em parceria com a **Delta Cafés**, promoveu um concurso de desenho e pintura, nas escolas portuguesas, sobre a imagem que os alunos têm dos seus professores. O resultado foi muito positivo, com a apresentação de cerca de uma centena de trabalhos, dos quais foram selecionados, por um júri constituído para o efeito, doze (12). Estes doze trabalhos começaram a ser agora divulgados publicamente, através de uma coleção de

pacotes de açúcar posta em circulação desde 20 de setembro. Os pacotes que fazem parte desta interessante coleção apresentam uma referência ao Dia Mundial dos Professores, para além de registarem a parceria desenvolvida entre a FENPROF e a **Delta Cafés**. Trata-se de uma iniciativa importante que permite levar o Dia Mundial dos Professores a todo o país de uma forma simples, mas de vincado significado: *os Professores vistos pelos seus alunos*. •



A propósito do novo Estatuto do Aluno

HENRIQUE BORGES

(Membro da Direção do SPN e do SN da FENPROF)



A promoção de uma “cultura de disciplina, esforço e mérito”, o “reforço da autoridade dos profissionais de ensino” e a responsabilização “dos intervenientes no processo de ensino” são algumas das razões apontadas pelos partidos do Governo para a aprovação do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, publicado em Diário da República, no passado dia 5 de Setembro, para vigorar no ano lectivo que agora se inicia.

Este novo Estatuto, Lei n.º 51/2012, como se esperava, não mereceu o consenso dos parceiros educativos, os partidos da oposição votaram contra e os representantes dos pais manifestaram de forma clara e inequívoca o seu desagrado. Para tal terá contribuído não só a concepção de escola que este diploma supõe e que alguém classificou, acertadamente em meu entender, como “salazarista” – estamos perante uma concepção de ensino a que eu julgava que não regressaríamos – mas também o tipo

“

Este novo Estatuto, com os seus intermináveis 56 artigos, pela formalização e burocratização de procedimentos que propõe, vai retirar espaço à auto-regulação dos pequenos “ruídos” e dos episódios quotidianos cuja gestão depende mais da capacidade de intervir no momento e do chamado “bom senso pedagógico” do que do arsenal punitivo e do pretenso rigor processual.

de “castigos” que propõe e que parecem dirigidos a quem é “pobre”.

Cabe referir que os problemas de indisciplina não se resolvem com a simples publicação de um qualquer diploma legal, antes assentam, prioritariamente, em medidas preventivas de ataque e de resolução das situações sociais de desigualdade e risco que estão na sua origem e que se encontram, portanto, a montante da escola. Convém não esquecer que por vezes são as próprias leis a gerar situações de “indisciplina”. Num tempo de “crise” como o que estamos a viver e em que quem recebe o salário mínimo vive abaixo do limiar de pobreza, muitas das famílias não têm dinheiro para satisfazer as suas necessidades mais elementares e muito menos para comprar os caríssimos manuais e outros materiais escolares, considerar como “falta de presença” a presença de um aluno na sala de aula sem o material exigido é, como alguém já disse, de uma “insensibilidade atroz”.

Este novo Estatuto, com os seus intermináveis cinquenta e seis artigos – com os direitos e deveres devidamente “catalogados” –, pela formalização e burocratização de procedimentos que propõe, vai retirar espaço à auto-regulação dos pequenos “ruídos” e dos episódios quotidianos cuja gestão depende mais da capacidade de intervir no momento e do chamado “bom senso pedagógico” do que do arsenal punitivo e do pretenso rigor processual.

Sendo importante reforçar o papel do professor, tal não pode significar o regresso a um regime autoritário, nem constituir pretexto para que se passe a considerar o docente como o principal responsável pelos actos de indisciplina que se continuam a verificar nas escolas que, com as recentes medidas ministeriais – de que a revisão da estrutura curricular e o aumento do número de alunos por turma são exemplos – irão certamente aumentar.

Para além deste reforço, que deverá ter sobretudo em vista a reposição do prestígio social da profissão, importaria sobretudo enveredar por uma política educativa que inverta a que se tem seguido e que é caracterizada por uma progressiva diluição do conteúdo funcional da profissão docente, resultado não só da atribuição de tarefas pouco consentâneas com a função de profissionais de ensino, como também pelo irracional número de exigências que, hoje em dia, se colocam aos docentes. •



Marcha em julho último, no Funchal – SPM volta à rua na Marcha Contra o Desemprego da União dos Sindicatos da Madeira (CGTP-IN), em 12 de outubro

Minorado desemprego e retroativos a caminho Vale a pena lutar

NÉLIO DE SOUSA

(Membro da Direção do SPM)

O ano letivo na Região Autónoma da Madeira arrancou com o drama do desemprego na classe e algumas dificuldades nas escolas. Reduzir o impacto no emprego docente (até onde foi possível) e obter o compromisso de que os retroativos começarão a ser pagos até dezembro do presente ano (escolas receberam já indicações) resultaram também de toda a ação e luta do SPM.

Aquando da publicitação da lista ordenada definitiva em 7 de setembro, menos 510 docentes tinham sido colocados na Madeira. A Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos, entretanto, até ao final do processo nas semanas seguintes, diz ter colocado mais cerca de 300 docentes.

Isto por conta da bolsa criada para atividades de complemento curricular, para que a redução de docentes contratados ficasse nos 200, como fora anunciado pela tutela educativa no início de setembro e divulgado com números oficiais no dia 17 do mesmo mês: 1.570 este ano letivo contra os 1.783 do ano anterior.

O SPM realiza 33 plenários em toda a Região de outubro a dezembro. Têm como

objetivo principal informar e esclarecer os docentes sobre as implicações na sua carreira e na vida das escolas da segunda alteração ao ECD, publicado em agosto último, e do novo modelo de Avaliação do Desempenho docente. No dia 12 de outubro, o SPM junta-se à Marcha Contra o Desemprego organizada pela USAM – CGTP.

Atividades na sede do SPM

O sindicato oferece atividades promotoras de Saúde e Bem-Estar no edifício do SPM, a partir de outubro. Pertinente numa profissão que induz, cada vez mais, um acentuado stresse e desgaste do ponto de vista físico, mental e emocional. Consequência da degradação das condições de trabalho dos docentes, sujeitos a maior pressão e dispersão funcional, horários sobrecarregados com muitos níveis e turmas, componente não letiva tomada de assalto por horas a dar à escola, proliferação de reuniões, indisciplina estudantil e burocracia. Das condições de trabalho nas escolas ocupa-se a luta sindical do SPM, que já é uma prioridade do combate reivindicativo da atual Direção. Novidades em breve. •



“Vergonhosa perseguição”

A FENPROF prometeu (13/09/2012) não dar tréguas ao actual Governo e revelou que estará nos locais do país onde os governantes se deslocarem para afirmar que os docentes não aceitam “esta vergonhosa perseguição”.

“Nós vamos lá estar a dizer que não aceitamos esta vergonhosa perseguição que estão a fazer aos portugueses, aos trabalhadores e aos professores”, afirmou, em Coimbra, Mário Nogueira, Secretário Geral da organização. Reportando-se a recentes declarações do ministro da Educação, Nuno Crato, de que não esperava contestação dos docentes, disse: “é evidente que vai ter muita, é evidente que vai ter forte, é evidente que vai ter e já!...” (...) Na conferência de imprensa em Coimbra (...) revelou que diminuiram em 50 por cento as colocações na “bolsa de recrutamento 1”, dada hoje a conhecer, comparativamente a 2011. Adiantou ainda que, segundo dados do Ministério da Educação, foram contratados 735 professores quando há um ano tinham sido 1.471. Dos que agora foram contratados apenas 384 têm horário completo, acrescentou. Recordou que esta tendência já se tinha verificado com as listas a 31 de agosto, com a colocação de 5.171 docentes, diminuindo em 40,5 por cento em relação ao ano passado, em que nessa fase tinham sido 7.576 os docentes colocados. “Isto acontece porque o Ministério da Educação decidiu tomar medidas para que acontecesse”, sublinhou, recordando, nomeadamente, a criação dos mega agrupamentos de escolas, o aumento dos alunos por turma e o fim de projectos desenvolvidos nas escolas. Citou como exemplo o agrupamento de escolas do Canidelo, na zona do Porto, que este ano tem mais 51 alunos, mais duas turmas, mas menos 31 professores do que no ano passado. “É preciso acabar com esta política e este governo antes que este governo e esta política acabem com a escola pública ou mesmo tempo que acabam com o país”, observou. | Lusa, 13/09/12 •





CPPC assinala Dia Internacional da Paz (21 de setembro) Acção determinada pelos valores da Paz, do desarmamento e da solidariedade

Evocando o Dia Internacional da Paz – comemorado a 21 de setembro – o Conselho Português para a Paz e Cooperação reafirma o seu compromisso de acção determinada e resoluta pelos valores da paz, do desarmamento, da solução pacífica dos conflitos, da solidariedade com os povos do mundo e do respeito pela sua soberania. Em suma, pelos valores inscritos na Carta das Nações Unidas e na Constituição da República Portuguesa.

Mas ao assinalar esta importante data, o CPPC não pode deixar de alertar para os imensos perigos que se colocam hoje para a paz no mundo, que requerem a atenção e o frontal combate dos povos, em particular do povo português. Num momento em que se vive uma das mais graves crises económicas e financeiras de que há memória, alastram os perigos de novas e mais graves guerras.

No Médio Oriente, a situação é explosiva. Depois das guerras no Iraque, no Afeganistão, no Paquistão e na Líbia, é na Síria que se travam violentos combates. A esta situação não é estranha a intervenção mais ou menos encapotada de diversas potências ocidentais e regionais, interessadas na mudança de

regime naquele país (o que é contrário ao espírito e letra da Carta das Nações Unidas).

Como objectivos últimos de tal ingerência contam-se o controlo de mercados e fontes de matérias-primas; o domínio geo-estratégico daquela importante região do globo; e, não menos importante, o condicionamento do desenvolvimento das chamadas “potências emergentes”, nomeadamente Rússia e China.

Os perigos de tal estratégia são por demais evidentes.

A aumentar as preocupações de todos quantos defendem a paz e a segurança internacionais está o reforço da NATO como organização militar agressiva e sem fronteiras.

Na cimeira de Maio, em Chicago (EUA), foram reafirmados e desenvolvidos os objectivos assumidos na cimeira de Lisboa, em Novembro de 2010:

- A generalização dos pretextos “justificativos” para uma intervenção militar (“intervenção humanitária”; “segurança energética”; “pirataria”; “alterações climáticas” ou “guerra no ciberespaço”);

- O alargamento territorial da acção da aliança;

- A criação de forças flexíveis que permitam intervenções mais céleres.

O projeto norte-americano do Escudo de Defesa Antimíssil assume, nesta estratégia, um papel destacado de consequências imprevisíveis. A ser concretizado, este sistema poria em causa o equilíbrio geo-estratégico mundial, garantindo aos EUA o monopólio de facto do armamento de longo alcance, incluindo nuclear.

Ao conseguir interceptar qualquer míssil proveniente de qualquer país do mundo (visando em primeiro lugar a China e a Rússia) os EUA poderiam, ao contrário do que actualmente acontece, lançar um ataque ficando a salvo de uma eventual resposta. Recorde-se que os EUA e a NATO – contrariamente a outras potências nucleares – mantêm a opção primeiro ataque.

Preocupações

A proliferação de bases e instalações militares norte-americanas e da NATO em zonas sensíveis do globo, com destaque para o Extremo Oriente; a criação do AFRICOM (comando estratégico da NATO para África); e a reactivação da IV Frota Naval dos

“
O CPPC apela a todos os portugueses para que se unam e exijam um mundo de paz e de cooperação.

EUA na América Latina são outros elementos de preocupação, fazendo temer uma corrida aos armamentos como há muito não se verificava.

Regista-se com especial preocupação a acção dos sucessivos governos portugueses, revelando, com a total ausência de uma política externa independente e autónoma, uma total subserviência à estratégia global dos Estados Unidos, da União Europeia e da NATO – tanto no que respeita ao reforço da aliança atlântica, como na corrida aos armamentos como ainda nas ameaças e agressões a países soberanos.

Violando-se desta forma a Constituição da República Portuguesa que pugna pelo desarmamento e abolição dos blocos político-militares, pelo respeito pela soberania dos povos e ainda pela solução pacífica dos conflitos.

Conclusões da Assembleia Mundial da Paz

Regressado há pouco do Nepal, onde se realizou a Assembleia Mundial da Paz (do Conselho Mundial da Paz, do qual é membro), o CPPC faz suas as conclusões aí assumidas:

- Lutar contra a guerra, a agressão e a provocação;

- Lutar contra as bases militares estrangeiras, pela dissolução da NATO;
- Lutar contra a reabilitação do fascismo e contra a reescrita da história da luta pela paz;

- Demonstrar a solidariedade com as justas lutas dos povos do mundo pela paz, pela soberania e pelo direito a escolher o seu futuro;

- Pugnar pela eliminação de todas as armas nucleares;

- Exigir o fim de todas as formas de ocupação estrangeira e o apoio à soberania dos povos;

- Denunciar as violações à Carta das Nações Unidas e do direito internacional e da instrumentalização da ONU.

Certo de ser a paz a mais profunda aspiração dos povos, essencial para a concretização da liberdade, da democracia, do progresso e da justiça social, o CPPC apela a todos os portugueses, de todos os quadrantes políticos e opções políticas e religiosas, para que se unam e exijam um mundo de paz e de cooperação. ●

De propina em propina... O Ensino Português no Estrangeiro definha!

CARLOS PATO

(Secretário-Geral do SPE, membro do SN da FENPROF)

Muito se tem dito e escrito sobre a implementação da propina como forma de pagamento da frequência dos cursos de língua e cultura portuguesas no Ensino Português no Estrangeiro. Muitas têm sido as vozes que se têm erguido contra o facto, muito se têm manifestado os pais e encarregados de educação que por toda a Europa e, das mais diversas formas, demonstraram o mais vivo repúdio pelo ataque de que está a ser alvo o EPE.

O SPE, desde o anúncio da medida, tudo tem feito no sentido da sua anulação, procurando junto do Camões, IP e do próprio Secretário de Estado das Comunidades argumentar no sentido de que a mesma não viesse a ser declarada como uma “necessidade imperiosa”.

Todavia, após o encerramento das negociações para revisão do regime jurídico do EPE, ficámos com a certeza de que tal processo seria irreversível e que os argumentos esgrimidos não colheram o efeito desejado junto da tutela. É mais um duro golpe que este subsistema de ensino irá sofrer e que terá repercussões bastante negativas. É certo que a futura portaria regulamentadora da propina, por intervenção direta do SPE, contemplará diversas situações que exoneram aglomerados familiares do pagamento e mesmo reduzem substancialmente o valor da mesma. Mas, que ela não deixa de existir, essa é a triste realidade. E tão triste quanto cerceadora dos mais elementares direitos que podem ser reconhecidos a crianças e a jovens lusodescendentes: o direito ao ensino da sua língua materna, de origem ou de herança, como lhe queiram chamar, bem como a sua cultura, as suas tradições e o gosto de se sentirem portugueses e de Portugal.

Mais desemprego

A medida fragiliza ainda os já diminutos postos de trabalho existentes no EPE. E fragiliza, na medida em que muitos portugueses e portuguesas, imigrantes muitos deles não por vontade própria, mas sim compelidos a tal, em resultado das péssimas condições de vida que o seu país lhes proporcionava, veem-se agora obrigados a pagar para que



“
Propina: uma medida tão triste quanto cerceadora dos mais elementares direitos que podem ser reconhecidos a crianças e a jovens lusodescendentes.

os seus filhos possam frequentar os cursos. Como os rendimentos são escassos pois a imigração também sente a crise nos países de acolhimento poderão optar pela não inscrição definitiva dos filhos nas aulas de português, o que fará diminuir drasticamente a frequência e consequentemente, a redução de alunos refletir-se-á na redução de turmas e nos horários dos professores.

Ficam assim ao mesmo tempo colocados em risco os pilares de sustentação do ensino português no estrangeiro: não há alunos porque o Governo português implementou uma medida de carácter vincadamente economicista e o desemprego para os professores a trabalhar no estrangeiro é um fantasma que cada vez mais assume contornos de realidade.

Convirá ainda registar que, estas e outras medidas ainda se encontram numa fase meramente informal pois, nem a revisão do Decreto-Lei n.º165-C/2009, nem a Portaria regulamentadora da propina se encontram publicadas, assim como não são do conhecimento dos interessados os moldes em que esta última virá. A única certeza que temos é que a famigerada propina será uma realidade ainda no decorrer do ano letivo que agora se iniciou. ●

CARACAS

Fórum pela Educação Iberoamericana

ABEL MACEDO

(Membro do SN da FENPROF)

O IX Encontro do Fórum pela Educação Ibero-Americana teve lugar em Caracas, entre 19 e 21 de Julho passado, com o objectivo de fomentar e aprofundar a análise sobre temas de



gratuita e de qualidade, socialmente dirigida a todos e a todas.

A ideia central sustentada foi: "partilhar com os povos do mundo as nossas vivências e projectos na luta em prol da sua libertação, como alternativa à histórica

dominação económica, política e social que durante séculos vem afectando a nossa cultura e formas de vida".

O Fórum pela Educação Ibero-Americana rectificou plenamente a Declaração de La Habana, onde se destaca centralmente o avanço sustentado em busca dos maiores graus de unidade que permitam alcançar, pela acção conjunta, uma intervenção eficaz sobre a exigente e conflitual realidade ibero-americana.

Sob o lema "Para uma Educação Livre e Emancipadora na América Latina e no Mundo", o evento contou com representantes dos membros do Fórum, tendo estado presentes: CEA – Confederação dos Educadores Americanos; CONTUA – Confederação dos Trabalhadores das Universidades da América; FLATEC – Federação Latino-Americana de Trabalhadores da Educação e da Cultura; FESIDUAS – Federação dos Sindicatos Universitários da América do Sul; STEs – Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Espanha; STEs-i – Sindicato dos Trabalhadores das Ilhas Baleares, de Espanha; Sindicato dos Trabalhadores de Educação do País Valencião, de Espanha; FENPROF – Federação Nacional dos Professores, de Portugal; FME – Fórum Mundial da Educação – Secretaria Executiva.

Entre as diversas actividades programadas, a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores Universitários da Venezuela – FENASINPRES, que agrupa os docentes universitários venezuelanos, promoveu um debate interno com vista a alcançar uma nova visão da educação que assuma os desafios gerados pelas postergadas necessidades dos sectores historicamente excluídos, que permita a transformação e libertação dos povos, mediante a defesa de uma educação

dominação económica, política e social que durante séculos vem afectando a nossa cultura e formas de vida".

O Fórum pela Educação Ibero-Americana rectificou plenamente a Declaração de La Habana, onde se destaca centralmente o avanço sustentado em busca dos maiores graus de unidade que permitam alcançar, pela acção conjunta, uma intervenção eficaz sobre a exigente e conflitual realidade ibero-americana.

O Fórum expressou-se, uma vez mais, pela exigência de libertação dos cinco cidadãos cubanos presos nos cárceres dos EUA por lutarem pela paz e tentarem impedir actos terroristas.

De forma especial, o Fórum saudou o pré-Congresso da FESIDUAS, realizado no quadro das actividades de Caracas, como uma forma de reafirmação desta construção unitária que em termos históricos se tem vindo a consolidar.

Finalmente, e por consenso, foi decidido trabalhar no próximo semestre numa proposta que permita alcançar maiores graus de organização do Fórum, em busca de consolidar e aprofundar a unidade na diversidade de todas as organizações que dão corpo a este projecto, que tem na sua raiz a necessidade de expressar a concepção e a acção das trabalhadoras e trabalhadores a nível regional, continental e mundial, num quadro de respeito pelas independências político-organizativas de todos. •



ESPAÑA

Manifesto contra as agressões à Educação

"Estamos a viver tempos difíceis. O Governo estatal e os Governos autonómicos querem impor um modelo de Educação de princípios do século passado".

É assim que abre a nota de apresentação do Manifesto em destaque na página eletrónica da Federación de Enseñanza das Comisiones Obreras (FE.CC.OO), que já recolheu largos milhares de assinaturas de apoio.

Os signatários exigem uma Educação de qualidade e em igualdade, e sublinham a necessidade da luta firme contra os cortes orçamentais na Educação.

Recordar-se que em maio passado teve lugar em Espanha uma histórica greve geral da Educação, apoiada pela CC.OO, ANPE, CSI.F, STEs-i e FETE-UGT, que constituiu um momento destacado desta luta em defesa do ensino e da dignidade dos seus profissionais. A greve de maio envolveu professores de todos os setores – do pré-escolar ao ensino superior – e suscitou o apoio solidário de toda a comunidade educativa.

No manifesto, que continua a recolher assinaturas, destaca-se a disponibilidade para a participação nas ações futuras que se imponham na luta contra as agressões à Educação e à escola pública em Espanha. | JPO •

➕ INFO www.fe.ccoo.es/ensenanza

2012/2013

Programa Eco-Escolas



Decorre até **31 de outubro** o prazo para inscrição/re-ativação da inscrição no Programa Eco-Escolas para o ano letivo 2012-2013. Trata-se de uma iniciativa da Associação

Bandeira Azul da Europa, destinada preferencialmente às escolas do Ensino Básico. O Eco-Escolas pretende distinguir o desempenho ambiental das escolas e sensibilizar a comunidade para a importância da adoção de comportamentos sustentáveis no dia-a-dia.

Trata-se de uma iniciativa de cariz internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), colocando ao dispor dos estabelecimentos de ensino uma metodologia de intervenção estruturada, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido neste âmbito. Cada escola participante pode candidatar-se a uma bandeira verde Eco-Escolas, mediante o cumprimento de certos requisitos.

Para aceder ao formulário de inscrição online, consultar a plataforma Programa Eco-Escolas | Associação Bandeira Azul da Europa. •



Inscrições até 19 de outubro Parlamento dos Jovens no ano letivo 2012-2013

A Assembleia da República convida as escolas do Ensino Secundário e do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico – do Ensino Público, Privado e Cooperativo – a participar no Programa Parlamento dos Jovens no ano letivo 2012-2013. Com este programa, promovido pela Assembleia da República em colaboração com outras entidades, pretende-se promover a educação para a cidadania e o interesse dos jovens pela participação cívica e pelo debate de temas de atualidade. As

inscrições das escolas decorrem até ao próximo dia 19 de outubro.

Foram já anunciados os temas a abordar nas sessões do Parlamento dos Jovens na edição 2012-2013: - Sessão do Ensino Secundário – "Os jovens e o emprego: que futuro?"; - Sessão do Ensino Básico – "Ultrapassar a crise".

Para mais informações, aceder ao sítio DREC – Direção Regional de Educação do Centro ou a Espaço Jovem no portal da Assembleia da República. •



Santa Comba Dão Seminário "Educação para o Desenvolvimento Sustentável"

Vai realizar-se em Santa Comba Dão (Viseu), nos dias **13 e 20 de outubro e 3 de novembro**, o Seminário "Educação para o Desenvolvimento Sustentável". A iniciativa decorrerá na Casa da Cultura local.

Trata-se de uma ação de formação acreditada, promovida pelo Centro de Formação de Associação de Escolas (CFAE) do Planalto Beirão. O seminário é dirigido, entre outros, a educadores de Infância, docentes do Ensino Básico e do Ensino Secundário e Educação Especial. •

Intercâmbio luso-americano Concurso "Ler em Português"

Decorrem até **15 de outubro** as inscrições das equipas candidatas ao concurso "Ler em Português", cuja 1.ª edição, lançada no ano letivo de 2011-2012, foi prolongada para 2012-2013, por razões de ajustamento do calendário escolar de Portugal e dos Estados Unidos da América.

A iniciativa, organizada por três entidades - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e Plano Nacional de Leitura (PNL) - pretende promover a utilização da Língua Portuguesa, aumentar as práticas de leitura e aprofundar a troca

de experiências entre alunos e professores portugueses e norte-americanos. Além da FLAD, RBE e PNL, a iniciativa conta ainda com a colaboração de outras entidades, no acompanhamento e divulgação locais.

Com este concurso, espera-se que a importância que a cultura norte-americana exerce sobre os jovens portugueses possa ser compensada por um maior conhecimento da realidade cultural portuguesa pelos jovens norte-americanos, através da utilização ativa das redes que hoje nos fazem comunicar e vencer as distâncias geográficas, referem os organizadores. •

Universidade Católica (Porto) "Aprender a Educar Programa para Professores e Educadores"

Com o objetivo de dar resposta aos desafios específicos que emergem no contexto Escola, a Faculdade de Educação e Psicologia (FEP) da Universidade Católica Portuguesa - Porto realiza, no ano letivo de 2012-2013, a 3.ª edição do "Aprender a Educar - Programa para Professores e Educadores". A iniciativa é dirigida a profissionais que querem ir mais além na reflexão e compreensão das questões educativas em contexto escolar.

As inscrições para cada sessão devem ser efetuadas, no máximo, até uma semana antes da sua realização. "Como ajudar os alunos a estudar e a aprender?" é o tema da 1.ª sessão, a realizar no dia 12 de outubro. Ver programa completo em: <http://www.fep.porto.ucp.pt/servicos-a-comunidade/aprender-a-educar/programa-para-professores-e-educadores-2012-2013>. •

IV Encontro "Qualidade em Educação de Infância"

Ultimam-se os preparativos para o **IV Encontro Qualidade em Educação de Infância: a experiência de brincar** que se realiza no próximo dia **20 de outubro**, sábado, no Auditório Bissaya Barreto, em Bencanta, Coimbra. Este encontro pretende debater a importância de brincar na vida das crianças. •



CGTP **IR** **INTER-REFORMADOS**

Petição pela melhoria das condições de aposentação e reforma – assinatura online

www.fenprof.pt

JAZZ

Festival do Douro



A edição de 2012 do *Douro Jazz*, a decorrer até **13 de outubro**, apresenta duas das melhores vozes femininas do panorama português, Marta Hugon e Elisa Rodrigues, e três pianistas de primeira linha: João Paulo Esteves da Silva, Júlio Resende e Mário Laginha (foto). Este encerrará o festival. O cantor luso-americano Kiko apresentará com os "Jazz Refugees", o seu primeiro álbum de originais em português. Ao lado destes nomes estarão outros prestigiados músicos, como Filipe Melo,

André Fernandes, Nelson Cascais, Bernardo Moreira e Alexandre Frazão, entre outros. Na sua vertente internacional, o festival apresenta o guitarrista, compositor e produtor espanhol Angel Unzu, companhia habitual de Kepa Junquera, e a cantora e pianista francesa Fanny Roz.

Paralelamente, o *Douro Jazz* conta com uma programação complementar que inclui arruadas nos centros históricos pela Douro Jazz Marching Band, sessões para o público infantojuvenil na rubrica "O Douro Jazz nas Escolas", uma feira de objetos culturais durienses, provas de vinhos e, novidade absoluta desta edição, a iniciativa "Douro Jazz Sobre Rodas", que fará circular a música jazz pela região demarcada mais antiga do mundo. O festival é este ano organizado pelos Teatros de

Vila Real, Municipal de Bragança e Ribeiro Conceição, de Lamego. •

+ INFO www.dourojazz.com



AO VIVO

12 de outubro Orquestra Jazz de Matosinhos e Mayra Andrade na Casa da Música

A voz quente de Mayra Andrade conquistou o mundo logo ao seu primeiro álbum, *Navega* (2006), que lhe garantiu prestigiados prémios em vários países.

Com um estilo próprio, centrado na música de Cabo Verde mas com aromas que vão do jazz à bossa nova, trouxe novas roupagens à tradição do batuque, do funaná e da coladeira. Em 2009 surge *Stória, stória...*, trabalho que confirmou o lugar de Mayra entre as grandes vozes da *world music*. Depois de colaborações com vozes tão

destacadas e singulares como as de Dee Dee Bridgewater, Theo Bleckmann, Maria Rita e Maria João, a Orquestra Jazz de Matosinhos divide o palco com Mayra Andrade apresentando novos arranjos sobre canções como "Odjus Fitchadu", "Storia, storia", "Dimokransa", "Regasu" e "Nha Damaxa", entre muitas outras. Realmente, a não perder. • **12 de Outubro (sexta-feira), 22h00, Sala Suggia.**

+ INFO www.casadamusica.com



TEATRO

"Ensaarte" apresenta "Tempo de Mágoa"



O Grupo de Teatro Amador *Ensaarte*, do Pinhal Novo, constituído por alunos e professores dos diferentes níveis de ensino, surgiu de cursos de teatro promovidos pelo Centro de Formação de Professores de Palmela. *Ensaarte* tem em digressão por tempo indeterminado a peça "Tempo de Mágoa". Trata-se de um espetáculo para maiores de 16 anos. •

TEATRO

25º Festival em Barcelos

Aí está o festival que comemora o movimento de teatro popular de Barcelos. A decorrer até **27 de outubro**, em vários pontos do concelho. O evento, organizado pela Capoeira – Companhia de Teatro de Barcelos, com o apoio da Câmara Municipal de Barcelos, conta já com 25 edições e começou no passado dia 15 de setembro. A imagem de marca deste festival continua a ser o espírito de itinerância dos espetáculos, percorrendo várias salas de centros paroquiais, sociais e sedes de junta de freguesia do concelho. O festival deste ano apresenta uma novidade: a realização de ações de formação tanto na área de interpretação como na área de produção e programação de espetáculos, para além dos habituais espetáculos de teatro com entrada gratuita. •

+ INFO www.acapoeira.com



EXPOSIÇÕES

"Pequeno Formato" na Galeria 111



Até **3 de novembro**, a Galeria 111, no Porto, "prova" que as artes plásticas não se medem aos palmos... A prova está nesta interessante exposição (entrada livre) com trabalhos de René Bértholo, José Escada, Álvaro Lapa, Fátima Mendonça, Menez, António Palolo, Júlio Pomar, Paula Rego, José Rodrigues, Joana Salvador, Nikias Skapinakis, Ângelo Sousa, Joana Vasconcelos, entre outros. Horário: de segunda-feira a sábado das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 19h30. Encerra nas manhãs de segunda e sábado e aos domingos e feriados. A Galeria 111 fica na Rua D. Manuel II, 246 / 4050-343 Porto. •

+ INFO www.111.pt • Tel. 226093279

CURSO

Culturgest A Arte Contemporânea como ferramenta para a sala de aula

A Culturgest, em colaboração com a Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual (APECV), vai realizar nos dias **6 de outubro** de 2012, **23 de fevereiro** e **6 de abril** de 2013, das 10h00 às 17h30, em Lisboa, um curso teórico-prático de 3 sessões, intitulado "A Arte Contemporânea como Ferramenta para a Sala de Aula". Do espírito crítico ao desenvolvimento da criatividade, a iniciativa pretende partilhar com professores e educadores algumas das mais-valias de recorrer à arte contemporânea para estimular o gosto pela aprendizagem divergente e artística. •



TEATRO

A partir de 2 de novembro Auto da Barca do Inferno nos Jerónimos



A Companhia "Ar de Filmes" convida alunos e professores a assistir, a partir de **2 de novembro**, de terça a sexta-feira, no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, à representação da peça "Auto da Barca do Inferno", de Gil Vicente. As sessões realizam-se às 11h00 e às 14h00. É necessário reserva antecipada. O espetáculo é gratuito para professores acompanhantes. Para reservas e informações, contactar "Ar de Filmes" através de telefone/fax 213 420 810, telemóvel 918 570 774 ou e-mail ardefilmesgeral@sapo.pt. Para mais informações, aceder ao sítio Ar de Filmes ou ao sítio Direção Regional de Educação do Algarve. •

INICIATIVA

Museu Fundação Oriente "O dia-a-dia de um Samurai"

Estão abertas até 8 (1.ª sessão) e **22 de outubro** (2.ª sessão) as inscrições para a atividade "O dia-a-dia de um Samurai", que o Museu Fundação Oriente, em Lisboa, vai realizar nos dias **13 ou 27 de outubro**, das 15h00 às 17h00, no âmbito da temática "Sábados em Oficina". Nesta iniciativa, destinada a jovens com idades entre os 6 e os 12 anos, os participantes são convidados a passar uma tarde no museu, com o objetivo de aprender mais sobre o dia-a-dia de um samurai, sendo desafiados a descobrir o "kabuto" dourado. •

